


**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**Daniel Sérgio Filipini**

**A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS NO  
MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964**

**RESENDE  
2022**

	<b>APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA NA AMAN</b>  <b>TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL</b>	<b>AMAN 2022</b>
---	---	----------------------

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA  
PROFISSIONAL**

**TÍTULO DO TRABALHO:** A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS NO MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964

**AUTOR:** DANIEL SÉRGIO FILIPINI

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 16 de junho de 2022

  
 Assinatura do Cadete

**Daniel Sérgio Filipini**

**A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS NO  
MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Maj Rodrigo Felix Owerney

ResendeE  
2022

Dados internacionais de catalogação na fonte

F483p FILIPINI, Daniel Sérgio

A participação da Academia Militar das Agulhas Negras no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964. / Daniel Sérgio Filipini – Resende; 2022. 67 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Rodrigo Felix Owerney  
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

1.Academia Militar das Agulhas Negras 2.Movimento cívico-militar 3.1964 4.História militar I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Jurandi de Souza CRB-5/001879


**Daniel Sérgio Filipini**

**A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS NO  
MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964**

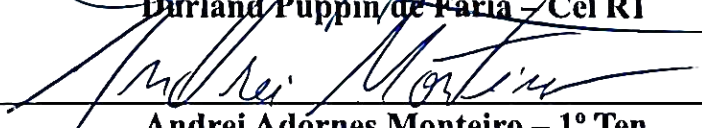
Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de junho de 2022.

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Rodrigo Felix Owerney – Maj**  
(Presidente / Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Durland Puppim de Faria – Cel R1**

  
\_\_\_\_\_  
**Andrei Adornes Monteiro – 1º Ten**

Resende  
2022

*Aos meus familiares e aos camaradas da turma Bicentenário da Independência do Brasil da Academia Militar das Agulhas Negras, os quais acabaram se tornando como irmãos para mim, dedico mais uma vez todos os meus esforços, como uma singela forma de agradecimento por todos os momentos de dificuldade pelos quais me ajudaram a passar. Quando as raízes são profundas, não há motivos para temer a tempestade.*

## AGRADECIMENTOS

É chegado, finalmente, o momento de registrar o mais nobre dos sentimentos que desenvolvi durante minha árdua formação na Academia Militar das Agulhas Negras: a gratidão. Entretanto, estou certo de que, não apenas páginas, me faltarão também palavras para expressá-lo de acordo. Por isso, deixo claro desde já que todos aqueles que me apoiaram durante tamanha labuta, mas que não terão seus nomes citados nesse agradecimento, têm um espaço em meu coração onde os carregarei pelo resto de minha vida.

Primeiramente, gostaria de agradecer de forma especial minha avó materna e minha mãe, pois foram o grande alicerce da minha formação como pessoa e em nome das quais dediquei todos meus esforços. Vocês me deram asas para voar e, tal como uma andorinha, sempre hei de retornar para o nosso lar. Estendo esses agradecimentos à minha namorada que, como parte da nossa família, diariamente me deu o apoio necessário para superar os pesados fardos emocionais que a Academia me imputou.

Também devo minha gratidão aos aspirantes da turma de 2022 da AMAN, que acompanharam minha jornada desde o princípio e estiveram ao meu lado nas situações mais difíceis pelas quais já passei, me dando todo o apoio necessário e proporcionando incontáveis momentos engraçados e felizes que guardarei em minha memória até o fim dos meus dias. Ao Curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras também deixo meu muito obrigado, pois foi responsável por forjar meu caráter militar e me proporcionou inúmeras situações desafiadoras que testaram, ao extremo, meus limites físicos e morais, provando a mim que a vontade é sempre capaz de superar a possibilidade.

Por fim devo meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Major Rodrigo Felix Owerney, que desde o princípio desse trabalho se mostrou bastante solícito para comigo e me deu toda a orientação necessária para que eu concluísse mais essa etapa da minha formação. Sua dedicação e companheirismo me serviram de exemplo positivo como militar e como pessoa.

## RESUMO

### **A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS NO MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964**

AUTOR: Daniel Sérgio Filipini  
ORIENTADOR: Rodrigo Felix Owerney

O presente trabalho tem por finalidade analisar a importância da participação da Academia Militar das Agulhas Negras no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964, visando enriquecer os debates relacionados a esse assunto e acrescentar conhecimentos ao segmento de história militar brasileira, o qual ainda se encontra bastante defasado. A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), instituição responsável pela formação dos oficiais combatentes do Exército Brasileiro, participou ativamente do Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964, que foi responsável pela deposição do então presidente João Goulart, marcando o início do período de governos militares no Brasil. Nessa ocasião, o general Emílio Garrastazu Médici encontrava-se em um impasse provocado pela cisão que havia ocorrido dentro do Exército por questões ideológicas. De um lado, havia os militares que estavam alinhados com as aspirações do presidente e que queriam sua permanência no poder, enquanto do outro estavam os militares opositores de Jango, pois viam em sua figura uma ameaça para o futuro democrático do país e o queriam fora da Presidência da República. Em 31 de março de 1964 as tropas de ambos os lados desse conflito encontravam-se em marcha umas contra as outras para um encontro que possivelmente levaria a um enfrentamento armado, quando o General Médici decidiu intervir ao lado dos revoltosos e empregar os cadetes da AMAN de forma direta nesse cenário. Nessa ocasião, os cadetes ocuparam posições defensivas na região do município de Resende – RJ, e delas proclamaram um apelo destinado a todos os militares formados na mesma instituição, para que fosse evitado o derramamento de sangue entre camaradas de farda. Esse ato levou a uma comoção generalizada por parte dos oficiais, o que levou a uma reunião dos generais comandantes de ambos os Corpos de Exército no interior da Academia para que se chegasse a uma solução pacífica, na qual decidiram pela rendição das tropas “janguistas” levando à deposição do presidente.

**Palavras-chave:** Academia Militar das Agulhas Negras. Movimento Cívico-Militar. 1964. João Goulart. História Militar.



## ABSTRACT

### THE PARTICIPATION OF THE MILITARY ACADEMY OF AGULHAS NEGRAS IN THE CIVIC-MILITARY MOVEMENT OF MARCH 31, 1964

AUTHOR: Daniel Sergio Filipini  
ADVISOR: Rodrigo Felix Owerney

The present work aims to analyze the importance of the participation of the Military Academy of Agulhas Negras (AMAN) in the civic-military movement of March 31, 1964, aiming to enrich the debates related to this subject and to add knowledge to the Brazilian military history segment, which is still quite outdated. The Military Academy of Agulhas Negras, the institution responsible for training combatant officers of the Brazilian Army, actively participated in the Civil-Military Movement of March 31, 1964, which was responsible for the deposition of President João Goulart, and marked the beginning of the military government period in Brazil. At the time, General Emílio Garrastazu Médici found himself in an impasse provoked by the split that had occurred within the Army due to ideological issues. On one side were the military who were aligned with the president's aspirations and wanted him to remain in power, while on the other were the military opponents of Jango, who saw in him a threat to the democratic future of the country and wanted him out of the presidency. On March 31, 1964, troops from both sides of this conflict were marching against each other for an encounter that would possibly lead to an armed confrontation, when General Médici decided to intervene on the side of the insurgents and employ the AMAN cadets directly in this scenario. On that occasion, the cadets occupied defensive positions in the region of the city of Resende – RJ, and from there proclaimed an appeal to all military graduates of the same institution, to avoid bloodshed among comrades in uniform. This act caused a general commotion among the officers, which led to a meeting of the commanding generals of both Army Corps inside the Academy in order to reach a peaceful solution, in which they decided for the surrender of the “janguist” troops leading to the deposition of the president.

**Keywords:** Military Academy of Agulhas Negras. Civic-Military Movement. 1964. João Goulart. Military History.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFA	Academia da Força Aérea
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CGT	Comando-Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
DGE	Diretoria-Geral de Ensino
DIEsp	Departamento de Instrução Especial
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
FAB	Força Aérea Brasileira
OM	Organização Militar
PCB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
QG	Quartel General
RI	Regimento de Infantaria
SIEsp	Seção de Instrução Especial
UDN	União Democrática Nacional
UJC	União da Juventude Comunista
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....	10
1.2 REVISÃO DA LITERATURA .....	14
1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA .....	15
<b>2 ANTECEDENTES E CAUSAS</b> .....	18
2.1 REPÚBLICA VELHA .....	19
2.2 ERA VARGAS .....	23
2.3 A INTERVENÇÃO PREVENTIVA DO MARECHAL LOTT .....	27
2.4 GOVERNO JÂNIO QUADROS .....	28
2.5 GOVERNO JOÃO GOULART .....	30
<b>3 O MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE MARÇO DE 1964</b> .....	34
3.1 O COMÍCIO DA ESTAÇÃO CENTRAL DO BRASIL .....	34
3.2 O MOTIM DOS MARINHEIROS .....	36
3.3 O DISCURSO NO AUTOMÓVEL CLUBE .....	37
3.4 A BASE MILITAR DE JOÃO GOULART .....	38
3.5 O MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR .....	40
<b>4 A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS</b> .....	47
4.1 O ANTICOMUNISMO NA ACADEMIA MILITAR .....	47
4.2 A INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA .....	50
4.3 A PREPARAÇÃO DA ACADEMIA PARA O MOVIMENTO .....	52
4.4 A PARTICIPAÇÃO DOS CADETES .....	53
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 60, no Brasil, diversos acontecimentos políticos e sociais agitaram o cenário nacional e provocaram mudanças que foram decisivas para o futuro do país. Durante esse período conturbado, a nação brasileira passou por três formas de governo diferentes: iniciou a década como uma república presidencialista, passou pela segunda experiência de parlamentarismo da sua história, de 1961 a 1963, e culminou em um regime militar que se estendeu de 1964 a 1985, durante o qual tivemos cinco presidentes militares.

O movimento cívico-militar de 31 de março de 1964 surgiu em resposta aos perigos que a ideologia comunista trazia à liberdade e à democracia nacional, a qual se proliferava em diversas instituições nacionais, incluindo as Forças Armadas e os governos estaduais e federal. E, como resultado, levou à chegada dos militares ao poder do Brasil, os quais seguiam um pensamento democrático e conservador que foi fundamental para a supressão dessa ameaça. Durante esse movimento, a Academia Militar das Agulhas Negras<sup>1</sup> teve uma importante participação para o seu desfecho, ajudando a impedir a instauração de uma guerra civil que estava prestes a se deflagrar devido às diferenças ideológicas entre os comandantes do I e II Exército.

Com isso, tendo em vista o que diz René Remond, em sua obra *Por uma História Política* “a vocação do historiador é interrogar-se sobre o sentido dos fatos, enquanto sua especificidade reside, em consequência disso, numa atitude interrogativa, e seu papel é formar hipóteses explicativas” (REMOND, 2003, p.17). Faz-se oportuno levantar a seguinte questão: no contexto do movimento cívico-militar de 1964, como se deu a participação da Academia Militar das Agulhas Negras e qual foi a sua real importância para o movimento?

Este questionamento tem sua relevância na necessidade do futuro oficial do Exército Brasileiro ser conhecedor da história de sua instituição, e das organizações militares que a ela pertencem, pois o entendimento dos acontecimentos passados ajuda a compreender a evolução do cenário político e social até os dias atuais e abre novas perspectivas para a solução de problemas que possivelmente serão enfrentados ao longo da carreira militar. Além desse aspecto, a presente

---

<sup>1</sup> A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é uma instituição de ensino superior destinada a formar os oficiais combatentes de carreira da linha de ensino militar bélico do Exército. Tem suas instalações na cidade de Resende, no estado do Rio de Janeiro, desde 1944 e teve como seu idealizador o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, militar que implementou uma série de mudanças relacionadas ao ensino militar no Brasil na década de 30, principalmente relacionadas à formação dos jovens oficiais. (AMAN, 2019).

pesquisa justifica-se pela necessidade de acrescentar conhecimentos ao segmento da história militar brasileira, o qual ainda se encontra bastante defasado, como evidencia o trecho abaixo:

No Brasil a nova história militar apenas ensaia os primeiros passos. A obra de Ricardo Salles sobre a guerra do Paraguai foi, talvez, o marco inaugural dessa nova história no Brasil (sem prejuízo dos estudos de diversos cientistas políticos e sociólogos sobre identidade dos militares brasileiros, seu papel na nossa história etc.) A grande referência atual é a obra organizada por Celso Castro (et al.), *Nova história militar brasileira* (2004), abordando desde o período colonial até a atualidade. (CARDOSO, 2012, p. 124).

Essa pesquisa é limitada temporalmente entre os anos de 1960 e 1965, de forma a abordar as agitações políticas que levaram ao turbulento ano de 1964 e à intervenção militar que culminou na deposição do então Presidente João Goulart, mas também aborda alguns fatos históricos desde a formação do Exército Brasileiro ainda no período imperial, que foram influentes para a evolução da mentalidade dos militares que atuaram no Movimento Cívico-Militar de 1964. Tratando-se da questão espacial, é dado um enfoque nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, palco dos principais acontecimentos políticos e das intervenções militares ao longo da história, com destaque para a região do Vale do Paraíba, onde está situada a Academia Militar das Agulhas Negras, objeto de estudo de fato.

De forma a explicar o referencial teórico utilizado, necessitava-se delimitar essa pesquisa dentro dos diversos ramos da disciplina de história. Para isso, foi utilizada a abordagem do historiador Ciro Flamarion Cardoso sobre a “Nova História Militar”, que basicamente consiste na interdisciplinaridade do militarismo, buscando estudar diversos outros fatores psicossociais e históricos que influenciaram diretamente no contexto dos conflitos. Dentro dessa ótica, foi necessário também abordar sobre a “História Política” do historiador René Rémond, tendo em vista que a análise dos fatores políticos e das ideologias presentes na sociedade interferem diretamente no estudo dos temas militares pela forma como influenciam o pensamento desses homens e balizam os caminhos de suas intervenções. Dessa forma, para fundamentar esse estudo foi utilizada a caracterização do “Pensamento Militar Brasileiro” proposta por Leonardo Trevisan, pois como o próprio relata em sua obra, “Precisamos convencer-nos de que esses militares estudam, têm Escolas próprias onde pensam e planejam as suas ações de guerra – que é o objetivo de sua profissão –, mas também desenvolvem planos, projetos para o país que, quando postos em práticas, evidentemente, atingem a todos.” (TREVISAN, 1985, p. 10).

Tendo em vista o questionamento levantado anteriormente, essa pesquisa propõe como objetivo geral: analisar a importância da participação da Academia Militar das Agulhas Negras no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964. Para desenvolver esse trabalho e atingir tamanho objetivo, fez-se necessário dividir o mesmo em capítulos, dentro dos quais busca-se atingir os seguintes objetivos específicos, respectivamente: apresentar os antecedentes e as causas político-sociais que levaram ao movimento cívico-militar ocorrido em março de 1964; descrever os acontecimentos e as ações tomadas pelos agentes envolvidos por ocasião do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964 e; descrever como se deu a participação da Academia Militar das Agulhas Negras no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964.

## 1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Como característica essencial da “Nova História Militar”, proposta por Ciro Flamarion Cardoso, podemos levantar a “antropologização” dos diversos temas. Essa inovação consiste na observação da guerra em um escopo mais amplo, buscando analisar o pensamento dos indivíduos que participam dos conflitos, em vez de apenas narrá-los pelo alto. É uma busca pela mudança de identidade dos soldados, as experiências individuais, as relações com os civis, o desenvolvimento dos atributos e valores e até mesmo a esperança da vitória: “Buscar o rosto da batalha passou a ser um dos propósitos da disciplina” (CARDOSO, 2012, p. 121).

Exemplificando esse novo escopo de estudo da Nova História Militar, torna-se importante a observação que o professor John Keegan fez, quando docente da Real Academia Militar de Sandhurst:

Os regimentos, descobri, definiam-se sobretudo por sua individualidade, e era essa individualidade que fazia deles as organizações de luta cuja eficácia em combate era proclamada pelas medalhas e cruzeiros que eu via a minha volta. Meus amigos militares — a pronta amizade oferecida pelos guerreiros é uma de suas qualidades mais cativantes — eram irmãos de armas; mas eram irmãos somente até certo ponto. A fidelidade ao regimento era a pedra de toque de suas vidas. Uma diferença pessoal poderia ser perdoada no dia seguinte. Uma calúnia ao regimento jamais seria esquecida e, na verdade, jamais seria pronunciada, tão profundamente ela afetaria os valores da tribo. (KEEGAN, 1995, p. 15).

Esse tribalismo verificado por Keegan encontra-se sob os olhos dessa nova doutrina, que analisa o relacionamento dos soldados com seus camaradas e a lealdade aos seus regimentos,

valores que embasam diversas decisões tomadas pelos militares brasileiros que serão abordadas durante esta pesquisa.

Além do aspecto supracitado de análise antropológica, esse novo domínio da história traz também uma perspectiva interdisciplinar, ou seja, relaciona os assuntos que dizem respeito à guerra com fatores ligados à economia, sociologia, psicologia, relações internacionais, ciência política e filosofia. Dessa forma, propõe novos objetos e abordagens para o estudo, rejeitando a subordinação da história militar à história política, ampliando sua área de pesquisa e instigando o espírito investigativo de seus estudiosos, fatores motivadores para o desenvolvimento deste trabalho. (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 113-114).

Apesar dessa “rejeição” que a nova história militar tem em se subordinar à história política – como dito anteriormente – isso não caracteriza uma cisão entre os dois domínios, mas demonstra uma necessidade de cooperação entre ambos de forma a ampliar a capacidade analítica dos conflitos, principalmente pela obtenção de registros, pois “a história política dispõe de grandes massas documentais passíveis de quantificação.” (FERREIRA; REMOND, 2003, p. 7). Com isso em mente, o historiador militar deve buscar documentos e conhecimentos da história política para contextualizar seu objeto de estudo, compreendendo as motivações, as influências e as oposições políticas que levaram ao confronto, e, da mesma forma, as consequências em que acarretou.

Nas sociedades contemporâneas, o grau supremo da organização política é o Estado, e este fundamenta-se nas vontades das classes dominantes.

O Estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças. Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é portanto deter-se na aparência das coisas. (REMOND, 2003, p. 20).

Dessa forma, mostra-se a importância de, durante essa pesquisa, analisar a ideologia das classes que influíam no Brasil ao longo da história para poder compreender verdadeiramente as motivações do estado e dos militares que interviam nas questões políticas.

Além disso, faz-se necessário também verificar a relação entre economia e política durante o estudo do conflito, pois, “O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos

verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior.” (REMOND, 2003, p. 23)

A história política, além desses aspectos relacionados à economia e à política, também se complementa em outras áreas nas quais o Estado interfere:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. (REMOND, 2003, p. 24).

Dessa forma, a história política atual aproxima-se da nova história militar no sentido em que também precisa ser analisada por uma perspectiva mais ampla, tangendo a interdisciplinaridade, pois ater-se à observação do comportamento do Estado por si só não fornece informações suficientes para obtenção de um contexto político amplo para a análise dos conflitos, fazendo-se necessário instigar o espírito investigativo do pesquisador, que, tal como foi mencionado na história militar, é um dos fatores que motivam essa pesquisa.

Tendo isso em mente, cresce de importância a análise da evolução do pensamento militar brasileiro, que vem sendo formado desde a origem do Exército Brasileiro, e sofreu diversas influências internas e externas, ao longo da história nacional. Entretanto, será dado um enfoque maior para o escopo dessa pesquisa a evolução desse pensamento a partir das mudanças trazidas pelo movimento tenentista, ocorrido na década de 20, tendo em vista que este foi o precursor das ideias de intervenção militar que levaram os militares ao poder em 1964.

De acordo com Leonardo Trevisan em sua obra *O Pensamento Militar Brasileiro*, a necessidade de melhoramento do exército evidenciada pelos resultados negativos da Guerra de Canudos deram início a um processo de mudança que influenciou nos ideais dos militares, especialmente nas escolas de formação declaradamente positivistas, dessa forma surgiram os ideais tenentistas que influenciaram as ações dos militares brasileiros durante grande parte do século XX e serviram de base para a ascensão dos mesmos ao poder.

O conceito de desenvolver o Brasil a qualquer preço esteve sempre presente no tenentismo. Imaginando a centralização (e o autoritarismo) como bandeira política, sonhavam com a estabilidade necessária para o desenvolvimento econômico. Faltava-lhes, para a tentativa de ocupar o poder, a oportunidade, o fato político que pedisse uma “intervenção”, uma ação “saneadora” do tenentismo. (TREVISAN, 1985, p. 46).



O tenentismo, que teve seus principais movimentos ocorridos no fim da República Velha, ganhou esse nome por ter sido uma mobilização ideológica difundida, principalmente, entre oficiais subalternos do Exército Brasileiro. Esses militares, influenciados pelas políticas republicanas liberais, reivindicavam uma reforma constitucional de forma a trazer maior justiça para o cenário político nacional, o qual encontrava-se contaminado com fraudes e corrupção.

Norteados por esses ideais, os jovens oficiais da época tomaram ações armadas, sendo a primeira delas o movimento conhecido como “revolta dos 18 do forte de Copacabana”, e culminando com uma marcha de mais de 25 mil quilômetros que percorreu o interior do Brasil combatendo as tropas da Primeira República, em protesto contra a política vigente, conhecida como “Coluna Prestes”.

É importante perceber que em momento algum os tenentes revelam preocupações de popularizar o movimento. [...] João Alberto, tenente, comandante de destacamento da Coluna, afirma: “Não havia necessidade de explicar nada para nossos homens, eles confiavam cegamente em nós e não apresentavam pretensões nacionalistas. [...] Quanto ao marxismo, temiam-no tanto quanto às dissidências oligárquicas que, naquela década, se diziam ‘colegas de revolução’.” (TREVISAN, 1985, p. 45)

O movimento tenentista foi o responsável por moldar o pensamento militar brasileiro para o que cabia ao movimento cívico-militar de 31 de março de 1964, tendo em vista que os tenentistas vieram a se tornar, na década de 60, os generais que trouxeram as tão desejadas mudanças para a política nacional, e que serão abordados no desenvolvimento desta pesquisa. “As ideias tenentistas, o centralismo como proposta e o autoritarismo como método formam uma moldura que cabe para 1964.” (TREVISAN, 1985, p. 49).

Ainda como evolução do pensamento militar brasileiro, apresenta-se nesse trabalho o conceito de anticomunismo, analisado por Jorge Luis Gregório de Almeida em sua dissertação de mestrado intitulada *Origens, Conflitos e Mudanças: A Participação Da Academia Militar das Agulhas Negras no Golpe Militar de 1964*, tendo em vista que essa doutrina enraizou-se nas Forças Armadas após diversos atentados do Partido Comunista do Brasil e de outras organizações de cunho marxista contra as instituições federais, e teve fundamental importância para a deflagração do movimento ocorrido em 31 de março de 1964 e para motivar a participação da Academia Militar das Agulhas Negras no mesmo. Segundo o historiador, a teoria anticomunista engloba diversas forças políticas e sociais de caráter conservador que se unem para fazer frente ao que veem como ameaça comum: o comunismo. (ALMEIDA, 2018, p. 15).

## 1.2 REVISÃO DA LITERATURA

O período turbulento que antecedeu o movimento cívico-militar de 31 de março de 1964 é abordado no livro *A Ditadura Envergonhada* de Elio Gaspari, onde ele aborda todo o processo de queda de prestígio do então presidente João Goulart até a ascensão dos militares ao poder. O aspecto mais relevante abordado é o embate entre os militares revoltosos e o chamado “dispositivo militar” de João Goulart, que consistia basicamente em um esquema em que militares de alta patente, que tinham o pensamento alinhado com o do presidente, eram levados a cargos estratégicos dentro do exército de forma a garantirem a segurança necessária para o presidente executar suas manobras políticas, defendendo-se dos revoltosos.

Para Marco Antonio Villa, esse dispositivo citado anteriormente por Gaspari não era sólido o suficiente. Em sua obra *Ditadura à Brasileira*, ele evidencia esse argumento apresentando as ações de João Goulart que fizeram com que seu próprio mecanismo de defesa se virasse contra ele, abordando também sobre o descontentamento da população com o governo, apresentando a situação econômica crítica e as publicações midiáticas da época que clamavam pela saída de Jango da presidência da república.

Eduardo Bueno, em sua obra *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*, enriquece a abordagem desse trabalho sobre diversos acontecimentos históricos que tiveram influência dos militares, permitindo a análise da influência que tais fatos tiveram para o movimento de 31 de março de 64.

O livro *Introdução à História Militar Brasileira*, organizado por Durland Puppin de Faria, apresenta um contexto geral sobre a situação anterior ao movimento de 31 de março de 64, aprofundada pelo livro de Elio Gaspari, e apresenta de forma sumária a participação da Academia Militar das Agulhas Negras, abordando o dispositivo ocupado pelo Corpo de Cadetes nos arredores da Rodovia Presidente Dutra e a reunião entre os generais Armando de Moraes Âncora, então Ministro da Guerra, e Amaury Krueel, Comandante do II Exército, ocorrida no interior da Academia.

Para complementar esse estudo sobre a participação da AMAN, a obra de Ivany Henrique da Silva, *Heróis a Lutar: Os cadetes na Revolução de 1964*, apresenta o relato do autor, que na época servia nessa instituição, sobre o desenrolar dos acontecimentos que antecederam 31 de

março, a preparação técnica e tática da Academia e sobre como foi a atuação dos diversos elementos subordinados durante o movimento.

Também de forma a enriquecer tal análise há o livro *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*, organizado por Aricildes de Moraes Motta, que apresenta um compilado de entrevistas com militares que estavam inseridos no contexto do Movimento Cívico-Militar e que serviram na Academia durante esse momento histórico, sendo de fundamental importância por transmitir conhecimentos de pessoas que realmente vivenciaram esse período conturbado da história nacional.

Por fim, foi estudada também a dissertação de mestrado do historiador Jorge Luis Gregorio de Almeida, intitulada *Origens, conflitos e mudanças: a participação da Academia Militar das Agulhas Negras no golpe militar de 1964*, na qual ele aborda o anticomunismo difundido na AMAN e a sua influência para a participação dos cadetes no movimento, ajudando a entender as motivações ideológicas que os levaram a tal ponto da crise.

Diante da bibliografia analisada pode-se verificar uma falta de obras literárias que tratem detalhadamente sobre a participação da AMAN na crise. São encontradas obras que abordam sobre esse contexto histórico, mas a maioria apenas cita a Academia de forma superficial, crescendo de importância para esse estudo utilizar como forma primeira de obtenção de dados os relatos dos militares inseridos nesse período, permitindo com que se construa um panorama mais pormenorizado de qual foi a real importância dessa instituição para o desfecho do movimento.

### 1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Quanto ao método utilizado para a obtenção de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, visto que esse tipo de pesquisa “desenvolve-se tentando explicar um problema e utilizando o conhecimento disponível a partir de teorias publicadas em livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos etc.” (AMAN, 2019, p. 58).

Além disso, quanto à profundidade desse estudo, vemos que seu objetivo fundamental é “identificar fatores que contribuem ou agem como causa para a ocorrência de determinados fenômenos. É o tipo de pesquisa que explica as razões ou os porquês das coisas.” Dessa forma, podemos classificá-la como sendo explicativa. (LEONEL; MOTTA, 2007, p. 104, apud AMAN, 2019, p. 55).

Por fim, quanto à abordagem, essa pesquisa pode é definida como qualitativa, pois nesse tipo de trabalho não são utilizadas técnicas estatísticas no processo de análise dos problemas, tendo em vista que ele busca analisar uma situação particular e complexa, como foi a participação dos militares, em especial, a participação da AMAN no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964. Vale salientar também que esse trabalho abrange os antecedentes e as causas do movimento, a mobilização da sociedade e, principalmente, dos militares contra o ideal comunista que ameaçava a democracia e a liberdade nacional.

Dito isso, para o desenvolvimento deste trabalho, foi empregado o método histórico, tendo como base para a investigação textos contidos em documentos, livros, artigos científicos, revistas e sites relacionados, visto que, segundo o *Livro de Iniciação à Pesquisa Científica*, “a validade do conhecimento produzido pela investigação histórica tem relação direta com as fontes de informações sobre os fatos ocorridos em tempo e espaço determinados.” (AMAN, 2019, p. 48).

Como faseamento dessa pesquisa, inicialmente foram levantadas fontes bibliográficas que possibilitavam a aquisição de informações sobre o tema proposto. Posteriormente, essas informações foram compiladas por meio do instrumento de pesquisa conhecido como fichamento e distribuídas de forma cronológica para facilitar seu entendimento. Feito isso, procedeu-se uma análise dos acontecimentos históricos objetivando responder aos objetivos específicos inicialmente propostos, o que deu luz à análise do objetivo geral da pesquisa sobre qual foi a real importância da participação da AMAN no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964. Como limitação principal desse trabalho, apresenta-se a abrangência do assunto a ser estudado, pois, considerando que existem diversas discussões atuais e polêmicas de caráter político-ideológico sobre os acontecimentos de 31 de março de 1964, essa pesquisa consiste em apenas um pequeno recorte factual de um amplo período histórico repleto de acontecimentos importantes, que necessitam ainda de uma melhor análise pela história brasileira.

Por fim, para proporcionar uma análise clara do objetivo proposto, esse trabalho foi dividido da seguinte maneira:

O primeiro capítulo apresenta uma introdução sobre o tema analisado e os procedimentos necessários para a realização dessa pesquisa, bem como a base teórica utilizada para a análise dos acontecimentos e a metodologia de pesquisa que guiou a execução do trabalho como um todo.

O segundo capítulo, com a finalidade de apresentar os antecedentes e causas do movimento cívico-militar de 1964, retoma fatos importantes da história nacional, relacionados ao Exército Brasileiro, de forma a verificar a evolução do pensamento dos militares através das intervenções políticas promovidas pelos mesmos. Com isso, tornam-se mais claras as aspirações dos responsáveis pelo movimento de 1964 que promoveram tamanha mudança no curso da política nacional.

O terceiro capítulo aborda de forma mais clara como ocorreu o movimento cívico-militar de 31 de março de 1964. Com um foco maior para o período em que João Goulart esteve na Presidência da República, essa parte do trabalho mostra os principais acontecimentos que agitaram a política nacional e fomentaram a oposição militar ao governo de Jango, explicando as articulações tanto do presidente quanto dos seus opositores, culminando no avanço das tropas que estavam a favor do presidente e de suas antagonistas pelo Vale do Paraíba.

O quarto capítulo possui o objetivo de mostrar como se deu a participação da Academia Militar das Agulhas Negras de forma detalhada no movimento supracitado. Dessa forma, é retomado o histórico de anticomunismo fomentado na Academia desde sua mudança para a cidade de Resende, passando pela preparação intelectual e técnica de seus militares para o movimento que evoluía e culminando no emprego do Corpo de Cadetes para impedir o avanço das tropas Janguistas pelo Vale.

Por fim, há um capítulo conclusivo que retoma os principais aspectos históricos ligados à evolução do pensamento militar brasileiro relacionando-os com o ocorrido em 1964, e que analisa qual foi a real importância da participação da AMAN no movimento, apresentando uma resposta à questão levantada no início da pesquisa.

## 2 ANTECEDENTES E CAUSAS

O objetivo do presente capítulo é apresentar os antecedentes e as causas político-sociais que levaram ao movimento cívico-militar ocorrido em março de 1964, que foi a resposta dos militares com apoio de diversas classes da sociedade brasileira, em razão às perturbações sociais e políticas que vinham acontecendo no Brasil em face do avanço dos ideais comunistas que haviam se difundido nas instituições federais e em vários setores da sociedade desde o término da segunda guerra mundial. (COSTA, 2014, p. 2)

Tal acontecimento foi responsável pela retirada do então presidente da república, João Goulart e pelo início do período conhecido na história brasileira como “ditadura militar”, sob o apoio de grande parte da população nacional, representada por empresas, partidos políticos, religiosos, imprensa e por cidadãos comuns, que viam nas forças armadas a alternativa contra a transformação do País em um satélite comunista. (COSTA, 2014, p. 2)

As causas que levaram a essa mudança no regime político brasileiro, em específico, são mais evidenciadas durante os governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, que correspondem ao início da década de 60, entretanto é necessário nos remetermos a outros acontecimentos históricos que foram responsáveis por formar o pensamento militar presente no contexto desse período, tendo em vista que a participação dos militares na vida política nacional remonta ao período final do Império, logo após a Guerra da Tríplice Aliança.

Após a independência do Brasil, o Exército Brasileiro esteve sob constante vigilância da alta sociedade. “A aristocracia da Corte, donos de terra, começaram a perceber o risco: gente de outra classe com acesso às armas podia não dar bom resultado. A Corte tomou providências.” (TREVISAN, 1985, p. 16). Uma delas foi a criação da Guarda Nacional, que surgiu como uma forma de militarizar os grandes proprietários de terra para fazer frente a um possível levante interno contra o Império.

Essa situação conflituosa entre a aristocracia da Corte e o Exército veio a piorar com a Guerra da Tríplice Aliança (1865 – 1870), pois as intervenções dos ministros nas questões militares afetavam o processo decisório, cerceando a capacidade de comando dos chefes militares. Até que Duque de Caxias, então comandante do Exército, provocou a derrubada do ministério e a nomeação de um gabinete conservador. “Este fato político, em plena Guerra do Paraguai (1868), marcou o império.” (TREVISAN, 1985, p. 17). Pela primeira vez os militares

intervinham na política brasileira. Com o término da guerra, os militares que esperavam um aumento de prestígio por suas ações em combate, receberam em troca grandes restrições impostas pelo Império.

O Exército, que de fato sofrera o diabo na Guerra do Paraguai – sofrimento democrático que não poupava oficiais –, não só não era reconhecido, como teve aumentado, com o fim da guerra, o isolamento imposto pelas elites civis do império. O homem de arma, que pouco prestígio possuía antes da guerra contra Lopez, agora era visto ainda com mais desconfiança, com menor parte do orçamento e com soldo ainda mais baixo. (TREVISAN, 1985, p. 19).

Nesse contexto, em meio ao sentimento de aversão ao Império e de maior união por parte dos militares, surge a influência do positivismo na oficialidade. Essa escola de pensamento defendia a ideia de que apenas o conhecimento científico seria válido para a busca do progresso. Embora grande parte dos oficiais se afirmassem positivistas, nem todos sabiam de fato sobre o que essa ideia se tratava, mas pela seriedade com que ela se apresentava, essa doutrina foi abraçada por todos que se sentiam contrariados pelo Império. Entretanto, o positivismo não se apresentava como uma ameaça ao regime imperialista, justamente porque tinha como farol o progressismo, e para haver o progresso, necessita-se a ordem. Portanto, qualquer um que estivesse no poder, desde que se mostrasse competente e fomentasse o desenvolvimento técnico-científico, estaria de acordo com os ideais da oficialidade brasileira. (TREVISAN, 1985, p. 20-22).

## 2.1 REPÚBLICA VELHA

Essa não-intervenção do Exército na política não perdurou por muito tempo, pois no fim do período colonial houve a chamada “Questão Militar”, que consistiu em uma série de atritos entre a aristocracia imperial e os militares, que se aproximavam cada vez mais do republicanismo, graças ao ideal positivista. Esses inconvenientes vieram a se tornar casos de insubordinação na década de 1880, o que mostrava a impossibilidade da coexistência entre o regime imperialista e as forças armadas, levando o Marechal Deodoro da Fonseca, em alinhamento com Cunha Matos, Sena Madureira, Benjamin Constant e outros entusiastas, a impor um golpe contra Dom Pedro II, que ficou conhecido como “Proclamação da República”. Dessa forma, vemos que desde que o Brasil deixou de ser uma monarquia, os militares possuem uma

certa sensação de pertencimento à política do País, que serviu de forte influência para outros acontecimentos na história nacional.

Durante o período que se sucedeu, conhecido como “República Velha”, houve alguns fatores que prejudicaram a imagem dos militares perante a população civil, como o atentado contra o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, que acabou matando o então ministro da guerra, general Bittencourt. Mas o principal desses fatores, e que revelou um total despreparo profissional do Exército, foi a Guerra de Canudos, na qual foram necessárias 4 expedições em 2 anos de combate com tropas de todo o País para vencer aproximadamente 20 mil habitantes da vila de Canudos que não possuíam adestramento militar algum. (TREVISAN, 1985, p. 34).

A luta em Canudos trouxe à tona a mentalidade dos oficiais brasileiros do início do século XX, que claramente não estava alinhada com a finalidade da profissão das armas, a guerra.

O Brasil do final do século XIX e início do XX era um país de bacharéis, de “doutores” em muitas ciências, principalmente as jurídicas. Pretendíamos ser um país civilizado, educado, e isto queria dizer, naquele tempo, falar bem, assuntos cultos, com boa oratória. O assunto guerra não propiciava grande tema para a oratória. Assim, os oficiais, que já ganhavam um baixo soldo, não iriam aumentar seu prestígio social falando de guerra, quando todas as pessoas finas e cultas falavam de literatura, de poesia, de política, de arte. (TREVISAN, 1985, p. 32).

Esse episódio, após todas suas consequências, terminou por manchar a imagem dos militares no poder do País, causando uma consolidação do poder civil na República. Entretanto, da mesma forma que Canudos prejudicou a ascensão do militarismo, também foi responsável por mostrar uma necessidade de aperfeiçoamento do Exército, que era vista com urgência pelas elites civis que viam o risco que a defesa da integridade nacional corria com todo aquele despreparo. (TREVISAN, 1985, p. 35).

Para corrigir esse problema, com o apoio do ministro Rio Branco, um admirador do Exército Alemão, foram enviados cadetes das turmas de 1906, 1908 e 1910 para estagiarem na Alemanha, a qual preparava-se para a Primeira Guerra Mundial. Pela primeira vez o Exército Brasileiro entrava em contato com Clausewitz, Moltke e com novas técnicas de combate. Quando esses jovens militares, que ficaram conhecidos como “Jovens Turcos”, retornaram para o Brasil, trouxeram consigo uma nova doutrina, a qual difundiram por meio da fundação da revista: A Defesa Nacional. Esses militares também tiveram oportunidades para atuarem como instrutores



na recém-inaugurada Escola Militar do Realengo<sup>2</sup>, o que possibilitou a formação de uma nova geração de oficiais com novas perspectivas para o Exército. (TREVISAN, 1985, p. 36).

Esse trabalho de modernização se complementou ainda mais com a chegada da Missão Francesa, de 1920, na qual militares do Exército Francês foram trazidos ao Brasil para orientarem novas mudanças no Exército Brasileiro, deixando como maior legado a valorização do trabalho de Estado-Maior, que levou à criação de cursos de preparação de “Oficiais de Estado-Maior”, trazendo uma maior qualidade para a cúpula hierárquica do Exército. Junto com essas mudanças estruturais e administrativas, também vieram mudanças ideológicas que transformaram a mentalidade positivista predecessora. O conceito de “Defesa Nacional” também fora ampliado, de forma que os militares passaram a ver que todos os aspectos da vida do País importavam para sua manutenção, incluindo fatores econômicos e psicológicos. (TREVISAN, 1985, p. 37-39).

Com todas essas mudanças trazidas pelos “jovens turcos” e replicadas na escola de formação, uma nova juventude de oficiais foi formada, com ideias renovadoras e, de certa forma, rebeldes, a qual daria início ao movimento que ficou conhecido na história brasileira como “Tenentismo”, e que possui forte relação com o movimento cívico-militar de 1964.

Esses tenentes eram jovens oficiais, às vezes ainda na Escola, que ansiavam e lutavam por mudanças da ordem das coisas. Sua rebeldia, quando ainda no interior dos quartéis, referia-se aos altos oficiais, “bacharelescos”, incapazes e, segundo acusações do tempo, em grande maioria corruptos. Fora dos quartéis revoltaram-se com as conexões que os generais estabeleciam com os políticos a quem os jovens oficiais responsabilizavam pelo atraso do País. (TREVISAN, 1985, p. 40).

O Tenentismo se iniciou com protestos isolados, dentro dos quartéis, contra o governo de Artur Bernardes e a política do café com leite, mas logo evoluiu para ações armadas. A primeira delas, ocorreu no episódio conhecido como “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana”, no qual 17 militares, em sua maioria oficiais, e um civil, abandonaram os muros do Forte de Copacabana, que havia se sublevado contra o governo, e enfrentaram de peito aberto o Exército Legalista, servindo de mártires para o crescimento do movimento tenentista. Mas o principal acontecimento desse período foi a chamada “Coluna Prestes”.

Nesse evento, militares tenentistas, no auge de sua insatisfação com a oligarquia política, formaram uma coluna de marcha que percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo território

---

<sup>2</sup> A Escola Militar do Realengo foi a predecessora da atual Academia Militar das Agulhas Negras, sendo responsável por centralizar a formação dos oficiais do Exército Brasileiro no período entre 1913, quando foi inaugurada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, até 1944, quando foi transferida para a cidade de Resende – RJ.

nacional, fazendo reivindicações e combatendo as tropas legalistas. Após a eclosão da Revolta Paulista de 1924, partiram da Região das Missões do Rio Grande do Sul os primeiros contingentes revolucionários, sob a liderança de Luís Carlos Prestes. Posteriormente, somaram-se à coluna os militares remanescentes da revolta, que deixaram a capital paulista em busca de ajuda, sob o comando de Miguel Costa, surgindo a 1ª Divisão Revolucionária da Coluna Costa-Prestes, que possuía quatro destacamentos comandados por Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros e Djalma Dutra. Outros nomes importantes no meio militar também aderiram ao movimento conforme o avanço da coluna, como Bertoldo Klinger e Juarez Távora. Após cerca de dois anos e meio de conflito, as tropas do governo conseguiram suprimir o movimento dos revolucionários, cujos remanescentes exilaram-se na Bolívia, mas após tanto tempo de confronto, os tenentistas já haviam preparado o caminho que levaria à revolução de 1930.

Seguindo a política do café com leite, que pregava pela alternância entre as oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais, em 1930, seria a vez de um mineiro assumir a presidência da República, mas não foi o que aconteceu. Devido à crise de 1929, a popularidade do presidente Washington Luís caiu vertiginosamente, junto com a economia brasileira, pois este optou por apoiar a candidatura de um paulista, Júlio Prestes, que daria continuidade ao seu plano financeiro, levando a oligarquia mineira a fazer uma aliança com o estado do Rio Grande do Sul para formar uma chapa oposicionista, colocando como candidato Getúlio Vargas e como vice João Pessoa, surgindo a chamada Aliança Liberal. Paralelamente a isso, havia também o movimento tenentista, que queriam o fim das oligarquias no poder. Júlio Prestes ganhou as eleições de março de 1930, mas não viria a assumir o poder, pois o descontentamento da Aliança Liberal e dos tenentistas com o governo estava no auge, e como estopim para um golpe veio o assassinato de João Pessoa pelo advogado João Dantas, seu opositor. Com isso, os militares Góis Monteiro, no sul, e Juarez Távora, no Nordeste, juntaram forças e depuseram o presidente Washington Luís, colocando uma junta governativa no lugar que, posteriormente, seria entregue a Getúlio Vargas, afastando a oligarquia cafeeira do poder.

Percebe-se que a vontade de desenvolver o Brasil estava enraizada na oficialidade brasileira, fruto das modernizações ocorridas na década de 20. Com a chegada da crise econômica de 1929 e a disputa pela sucessão presidencial em 1930, deu-se a brecha que era tão esperada pelos militares para intervirem na política e decidirem qual rumo a nação deveria tomar.

Dessa forma, puseram fim na política do café com leite e permitiram a ascensão de Vargas ao governo nacional, deixando a política brasileira sob constante vigilância. “Posteriormente a 1930, os civis permanecem no poder político até 1964, mas ‘sombreados’ por um poder de fato: o dos militares. Enquanto o civil fosse competente, cumpridor das metas de um projeto preestabelecido, ele governaria quase sem maiores problemas. Senão...” (TREVISAN, 1985, p. 49).

## 2.2 ERA VARGAS

Getúlio Vargas assumiu o poder e logo demonstrou algumas características que diferiam bastante do período anterior, como a centralização do poder, a política trabalhista e a capacidade de negociação política. Após assumir a presidência iniciou-se chamado “governo provisório” pois esperava-se pela elaboração de uma nova constituição que só veio a ser formulada em 1934. Essa demora somada à revolta remanescente dos paulistas pela ilegitimidade da ascensão de Vargas ao poder levou à Revolução Constitucionalista de 1932, que foi suprimida pelas tropas federais e pelas próprias ações do presidente, que colocou um interventor paulista à frente do governo estadual e promoveu a elaboração da nova constituição, dando início a um governo constitucional.

Durante essa nova fase do governo de Vargas houve um fato marcante na história militar brasileira que possui forte influência no pensamento militar em relação ao anticomunismo: a intentona comunista. “Não que a intentona tivesse representado um perigo real (do ponto de vista militar era praticamente inexpressiva). O que foi ‘trabalhado’ foi o medo que os oficiais sentiram.” (TREVISAN, 1985, p. 64). E esse medo servirá de motivação para o descontentamento dos militares com o governo em 1964, servindo de pretexto para sua ascensão ao poder.

O ideal comunista havia entrado no Brasil desde no final do século XIX, mas foi em 1917 que ele se manifestou pela primeira vez com a greve geral que ocorreu nesse ano. Em 1922 surgiu o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que veio a acelerar a difusão dessa nova ideologia política em diversas instituições.

Os sindicatos, os partidos políticos da base governamental, parte da imprensa (sempre dependente da benevolência do governo para importar papel e receber publicidade dos órgãos públicos), os grêmios estudantis, os movimentos sociais, todos estavam

infiltrados e “aparelhados” pelos esquerdistas que, em suas próprias palavras, “já haviam tomado o governo, só faltava tomar o poder”. (BANDEIRA, 2014, p. 4).

Sob a liderança de Luís Carlos Prestes, no ano de 1935, a intentona comunista consistiu em diversos levantes de militares e civis alinhados às diretrizes da Internacional Comunista russa de expansão do comunismo. Prestes, após visitar a União Soviética em 1931 e ser aceito no partido em 1934, retornou para o Brasil já com o seu plano em mente.

Em março de 1934 desembarcam no Brasil os primeiros agentes do *Komintern*. Em abril de 1935, Prestes chega clandestinamente em Santa Catarina, acompanhado da agente de espionagem militar Olga Benário, que era a responsável pela segurança de Prestes na viagem, bem como para manter o disfarce em viagem, sob os nomes falsos de Antônio e Maria Vilar, um casal português. (COSTA, 2017)

Iniciando em 23 de novembro, a intentona começou no 21º Batalhão de Caçadores onde comunistas pegaram armamentos no quartel e dominaram a cidade, instituindo forçadamente um governo comunista que durou quatro dias até ser suprimido em Natal – RN. Também houve levantes em pernambuco e na capital federal, o que atingiu em cheio a honra militar pelos atos de covardia realizados pelos líderes revoltosos, capitães Agildo Barata, Álvaro Francisco de Sousa e José Leite Brasil, que assassinaram companheiros desarmados no quartel.

As ações covardes dos revoltosos e as mortes de militares por pessoas que, até o dia anterior, eram companheiros de caserna, arraigaram o repúdio ao comunismo no Exército. Favoreceu a coesão da classe militar, dividida desde o movimento tenentista da década de 1920. Foi uma pequena revolta, que recebeu a alcunha de intentona (*intento louco*), mas com consequências gigantescas. Envolveu vários países e foi o primeiro choque, no Brasil, das ideologias que seriam protagonistas principais na Guerra Fria. (COSTA, 2017).

Tal fato, além de aumentar a aversão dos militares ao comunismo, também foi responsável por dar a Getúlio Vargas a justificativa para implementar o estado de sítio em 1936, o que afetou diretamente na disputa eleitoral que estava prevista para 1938, limitando as campanhas políticas. Na realidade, a intentona comunista caiu como uma luva para Getúlio Vargas, que pretendia permanecer no poder. Paralelo a isso, o fortalecimento do Exército após os atentados de 1935 promovido pelo então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra foi outro facilitador para o golpe de Getúlio, que precisava apenas de um estopim para ser lançado. O Plano Cohen veio cumprir esse papel, sendo apresentado como um documento que continha os planos dos comunistas de

promoverem novas insurreições para tomar o poder do Brasil. Posteriormente foi provado que esse documento era falso, mas pela grande tensão que o País vivia na época, serviu de justificativa para Getúlio Vargas, com apoio dos militares, decretar o estado de guerra, fechando o congresso, extinguindo os partidos políticos e outorgando uma nova constituição que dava plenos poderes ao presidente. Em 1937, a ditadura instaurada por Vargas no Brasil tinha características que se aproximavam do nazifascismo europeu, o qual estava sendo combatido pelas tropas aliadas na 2ª Guerra Mundial. “Um ano após eclodir na Europa, a guerra não ameaçava diretamente o Brasil. A ideologia nazista, contudo, fascinava os homens que operavam o Estado Novo”. (FARIA et al., 2015, p. 233). Mas mesmo com essa característica da política de Vargas, foi decidida a intervenção do Brasil na guerra ao lado dos aliados, o que pareceu deveras contraditório tanto para a população quanto para os militares.

Com o término da participação brasileira na 2ª Guerra, os militares começaram a questionar a legitimidade da permanência do presidente, que se encontrava no poder desde 1930 e ainda sob um regime político que se assemelhava ao que os aliados haviam combatido na grande guerra, com isso, até mesmo os militares que anteriormente lhe apoiaram para instaurar o conhecido “estado novo”, começaram a pressionar Getúlio Vargas para que fossem marcadas novas eleições. Vendo-se encurralado, Vargas então as marcou para o ano de 1945, mas antes mesmo que elas ocorressem, foi deposto da presidência por pressão dos militares, aqueles mesmos tenentistas que lhe puseram no cargo em 1930, mas que não viam mais seus ideais republicanos refletidos na figura de Getúlio.

Em 02 de dezembro de 1945, após 15 anos de Era Vargas, foi eleito para a Presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra e também foi eleita uma Assembleia Constituinte, que elaborou a Constituição de 1946, com características, marcadamente, democráticas. Por fim, o Brasil e o povo brasileiro devem muito às Forças Armadas e à FEB, em particular, pelo retorno dos ideais democráticos ao solo pátrio. (FARIA et al., 2015, p. 280).

Eurico Gaspar Dutra esteve na presidência do Brasil de 1946 a 1951, e existem alguns pontos de seu governo que merecem ser destacados. Houve um crescimento dos partidos políticos recém-formados após a saída de Vargas, inclusive do Partido Comunista Brasileiro, o que preocupava o presidente. Em plena Guerra Fria<sup>3</sup>, Dutra buscou alinhar sua política com a norte-

<sup>3</sup> Guerra Fria é o termo utilizado para caracterizar o período de tensão política vivido entre 1947 e 1991, entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. Após o término da 2ª Guerra Mundial, ambos lançaram-se como superpotências e, apesar de não entrarem em confrontos diretos de larga escala, ambos apoiavam conflitos regionais buscando a difusão de seus ideais pelo globo (liberalismo e comunismo).

americana, em consequência disso, rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética e iniciou uma política de perseguição aos comunistas no país, levando ao fechamento do PCB e na intervenção do Estado em diversos sindicatos.

Com o resultado das eleições de 1950, Getúlio Vargas veio novamente à Presidência da República, recebendo o cargo de Dutra. Novamente, buscou ampliar seu apoio popular por meio do Ministério do Trabalho, para o qual designou como ministro João Marques de Belchior Goulart, homem que era visto com desconfiança pela oficialidade do Exército por sua antiga ligação com o PCB, e que ganhava ainda mais vulto pelo contexto da Guerra Fria em que se encontrava o mundo. A polarização mundial nesse período tinha reflexos até mesmo dentro das Forças Armadas brasileiras, fato evidenciado pela questão da sucessão da presidência do Clube Militar, como mostra o depoimento do Coronel Jarbas Passarinho:

Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais [EsAO], que éramos obrigados a cursar, como capitães, tivemos em 1950 o que hoje eu chamaria de embrião de 1964. Apesar de intensa atividade profissional, que nos absorvia, nossa atenção voltou-se para o Clube Militar, cuja direção havia sido conquistada em eleições pouco disputadas. Venceram os que se diziam nacionalistas, como se os outros menos o fossem. Mas entre eles havia oficiais que, assumindo a direção do departamento cultural, usavam a Revista do Clube como veículo de pregação mais que simplesmente nacionalista. Tangenciavam, com o cuidado que a matéria impunha, a defesa das teses marxistas, sob certos mascaramentos. [...] Vimos no Clube Militar uma cabeça de ponte para o doutrinação do Exército pela esquerda. [Então] Reagimos. (FARIA et al., 2015, p. 286)

As tensões entre o presidente e as forças armadas também estavam bem acaloradas desde o período eleitoral. Em 1950 estava na disputa para a presidência o Brigadeiro Eduardo Gomes (atual patrono da Força Aérea Brasileira e antigo tenentista da coluna) pela UDN (União Democrática Nacional), partido representado por conservadores e por boa parte dos militares, e Getúlio Vargas pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido criado por ele mesmo e que simbolizava seu populismo ao abraçar a causa dos trabalhadores e dos sindicalistas. Com isso, a vitória de Getúlio foi um grande dissabor para os antigos tenentistas, que não viam mais seus ideais representados na figura de Vargas e que começaram um forte movimento de oposição ao presidente eleito. Essa situação tornou-se ainda pior quando, em 5 de agosto de 1954, houve um atentado contra a vida do principal opositor de Vargas: o jornalista Carlos Lacerda. Nessa ocasião, um pistoleiro foi contratado para matar Lacerda, mas acabou fracassando e vitimou apenas o seu guarda-costas, major da Força Aérea Rubens Vaz, na rua Tonelero em Copacabana.

Após investigações da própria FAB, foi constatado que o mandante do crime foi Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente, o que levantou a oposição civil e militar de Getúlio Vargas a proporções insustentáveis. Pressionando o presidente, foi feito o Manifesto dos Generais, documento assinado por 19 generais de exército que exigia a renúncia de Vargas. Também foi feita uma reunião ministerial em que seus próprios ministros lhe recomendaram o licenciamento do cargo. Vargas aceitou a proposta de renúncia, mas antes de deixar o Palácio do Catete, ainda como presidente, cometeu suicídio em seu gabinete.

### 2.3 A INTERVENÇÃO PREVENTIVA DO MARECHAL LOTT

Após a morte de Getúlio Vargas, assumiu a presidência seu vice: Café Filho, tendo seu governo, apesar de rápido, muito turbulento pela ameaça de um golpe de Estado pelas forças conservadoras do País. Com as eleições de 1955 dando vitória ao candidato Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart, políticos da UDN (principal partido opositor de Vargas) e alguns membros das Forças Armadas articularam-se com a intenção de impedir a posse dos eleitos, descontentando-se com o resultado das eleições. Esse grupo pretendia manter na presidência o deputado Carlos Luz, que ocupava o cargo após o adocimento de Café Filho, isso porque João Goulart na vice-presidência desagradava os militares responsáveis pela retirada de Vargas do poder, pois era visto como herdeiro do populismo varguista. (FARIA et al., 2015, p. 289-290).

O então Ministro da Guerra, Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, militar declaradamente legalista, interveio contra essa tentativa de golpe por meio da aplicação de um próprio “golpe preventivo”. No dia 1 de novembro de 1955, o coronel Jurandir Mamede proclamou um discurso que defendia abertamente a realização de um golpe militar para impedir a posse dos eleitos, fato que foi repudiado por Lott, que solicitou ao presidente uma punição ao coronel, a qual foi negada por Carlos Luz, que via seus interesses refletidos no discurso de Mamede. Com isso, Lott renunciou ao cargo de Ministro da Guerra, permitindo com que Carlos Luz nomeasse para tal o general Fiuza de Castro, que também era golpista. Vendo a iminência de um golpe de Estado, Lott mobilizou as tropas do Rio de Janeiro e tomou controle dos prédios governamentais, convocando à força o senador Nereu Ramos para ocupar o cargo de presidente até que Juscelino Kubitschek iniciasse seu mandato em 1956. “A sociedade brasileira teve, então, a percepção de que a intervenção militar tinha um caráter franco de manutenção da democracia,

postura esta que mais adiante seria novamente esperada dos chefes militares, principalmente do Comando do Exército”. (FARIA et al., 2015, p. 290).

## 2.4 GOVERNO JÂNIO QUADROS

De acordo com a constituição de 1946, feita após a redemocratização da ditadura de Vargas, a escolha do Presidente da República e de seu vice não estavam vinculadas. Jânio Quadros ganhou as eleições de 1960 com a maioria esmagadora dos votos para suceder Juscelino Kubitschek, prometendo que varreria a corrupção do governo brasileiro, enquanto João Goulart, mesmo apresentando antagonismos com as ideias do candidato à presidência, foi reeleito. Dessa forma, “(...) elegeram-se ao mesmo tempo Jânio, com sua vassoura, e Jango, que, a juízo dos seguidores do novo presidente, encarnava o lixo a ser varrido.” (GASPARI, 2002, p. 47).

A posse de Jânio Quadros trouxe severas mudanças para a vida da população brasileira e para a política interna. Demonstrava uma grande rigidez com o funcionalismo público e burocratizou a difusão de informações pelos ministérios, passando a se comunicar por meio de bilhetes que por muitas vezes eram divulgados na imprensa, dando novas providências, instaurando inquéritos para apurar irregularidades e estabelecendo prazos.

Parecia que desejava controlar toda a vida do país. Proibiu as brigas de galo, o uso do lança-perfume no carnaval, o desfile de biquíni pela televisão e nos concursos de beleza e as corridas de cavalo em dias de semana. Acabou com o bingo e o jogo de cartas nos clubes. Recomendou limpeza nas histórias em quadrinhos e nas fotonovelas. (SILVA, 1999, p. 10-11).

Sobre sua política externa: “Buscou ampliar as relações comerciais com os países socialistas e não apoiou as medidas americanas contra o governo socialista cubano.” (VILLA, 2014, p. 17). Ao mesmo tempo, declarou que reataria relações diplomáticas com a União Soviética, retirou o apoio que havia a Portugal com relação às suas colônias africanas e defendeu o estreitamento de laços com a China e a participação dessa república socialista na Organização das Nações Unidas. Isso provocou um forte desconforto nos conservadores da sociedade brasileira, incluindo os militares. Mas o que mais os atingiu foi a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul, concedida pelo presidente a Ernesto “Che” Guevara, revolucionário marxista que foi um dos líderes da Revolução Cubana, movimento que derrubou o ditador Fulgencio



Batista e instaurou o regime comunista em Cuba. Todos esses fatores levaram a uma oposição muito forte à permanência de Jânio Quadros no Poder. (SILVA, 1999, p. 11-12).

Por coincidência, foi nesse mesmo ano de 1964 que Ernesto Che Guevara, em discurso na ONU, declarou: “Fuzilamentos? Sim, temos fuzilado. Fuzilamos e seguiremos fazendo isto enquanto for necessário. Nossa luta é uma luta até a morte”. (LACERDA, 2014, p. 21).

Ainda como candidato, o presidente havia visitado Cuba logo após a vitória da Revolução Cubana. Nessa ocasião, ouviu um relato de Fidel Castro, no qual este dizia que havia renunciado ao cargo de primeiro-ministro, e “ao tomar conhecimento da renúncia, o povo acampou, durante três dias e três noites, em uma praça pública, exigindo sua volta. Jânio impressionou-se bastante com o fato.” (SILVA, 1999, p. 10). Motivado por essa história e na esperança de lhe ocorrer o mesmo, Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente da República em 25 de agosto de 1961, mas as consequências de seu ato não foram como ele previu.

Renunciei no Dia do Soldado, porque quis sensibilizar os militares e conseguir o apoio deles. Era para ter criado um clima político. Imaginei que, em primeiro lugar, o povo iria às ruas, seguido pelos militares. Os dois me chamariam de volta. Fiquei com a faixa presidencial até o dia 26. Achei que voltaria de Santos para Brasília na glória. Ao renunciar, pedi um voto de confiança à minha permanência no poder. Isso é feito frequentemente pelos primeiros-ministros na Inglaterra. Fui reprovado. O País pagou um preço muito alto. Deu tudo errado. [Depoimento de Jânio Quadros a seu neto]. (SILVA, 1999, p. 17 apud MORAES NETO, 1997, p. 85).

De acordo com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre a renúncia de Jânio Quadros:

No episódio da renúncia, a mágica não deu certo. Deixou seus seguidores no desamparo e semeou os germes do autoritarismo. Alguns anos depois, os militares colheram os frutos da irresponsabilidade política de um presidente que renunciou na ânsia de mais poder. (SILVA, 1999, p. 17 apud MELO FILHO, 1997, p. 355).

O período que sucedeu a renúncia de Jânio até o retorno do vice-presidente João Goulart, que estava em visita oficial à República Socialista da China, foi marcado por grandes conflitos verbais entre as lideranças das forças armadas e por diversas manifestações populares por todo o País. O que acontecia era que os três comandantes das Forças Armadas não admitiam a possibilidade de João Goulart assumir a presidência, pois este possuía fortes ligações com as

lideranças comunistas do país desde o governo de Vargas. “João Goulart era ligado aos sindicatos, onde, a partir de 1945, os comunistas haviam conseguido várias posições de liderança, particularmente nos de metalúrgicos e portuários.” (SILVA, 1999 p. 5-6). Entregar o poder executivo nas mãos de Jango, seria como colaborar com a comunização do Brasil, medo vivenciado pelos militares desde a Intentona Comunista de 1935. Com isso, mais uma vez as forças armadas sentiam a aproximação de uma possível intervenção na política nacional.

Para contornar essa situação de crise, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que instituía o regime parlamentarista no Brasil. Dessa forma, foram limitados os poderes do Presidente da República. “Dois dias depois, os ministros militares, através de carta do presidente da República ao Congresso, informaram aceitar a solução parlamentar. No dia seguinte, Jango chegou a Brasília, assumindo o governo no dia 7 de setembro de 1961.” (SILVA, 1999, p. 19).

Quando viajou, Jango era vice-presidente de um regime presidencialista. No regresso, tomou posse como presidente da República de um regime parlamentarista. (...) As atribuições presidenciais tinham sido limitadas – como ocorre em qualquer regime parlamentarista. A responsabilidade do governo era do primeiro-ministro. Nas disposições transitórias – que não foram respeitadas – ficavam determinadas a mudança do sistema nos estados e a possibilidade de um plebiscito em abril de 1965 – nove meses antes do término do mandato do presidente. (VILLA, 2014, p.18).

Esse plebiscito previsto para setembro de 1963 acabou sendo antecipado para abril do mesmo ano. O presidente pressionava para que lhe fosse restaurado o poder para que pudesse aplicar as chamadas Reformas de Base<sup>4</sup>, que “(...) eram a grande bandeira do movimento nacionalista-populista tanto como instrumento de mudanças institucionais, como de conquista de poder.” (COUTINHO, 2014, p. 24). Como desfecho da votação, o presidencialismo venceu com cerca de 82 por cento do pleito geral.

## 2.5 GOVERNO JOÃO GOULART

João Belchior Marques Goulart, era o nome completo do vice-presidente de Jânio Quadros. Nascido na cidade de São Borja – RS, em 1 de março de 1919, Jango, como era

<sup>4</sup> As chamadas Reformas de Base consistiam em um conjunto de reformas propostas pelo presidente João Goulart nas esferas política, econômica e social do Brasil, que objetivavam diminuir a desigualdade social. Impulsionar a economia e melhorar a administração pública, mas que possuíam uma forte influência dos ideais comunistas e eram apoiadas pelas principais lideranças de esquerda do País, como a UNE e o CGT.

conhecido, começou sua ascensão na vida política por influência de seu conterrâneo e amigo de família, Getúlio Vargas, que via nele um grande potencial para a vida pública, e que o convidou para filiar-se ao seu partido recém-formado, o PTB. Com isso, Jango ganhou as eleições para deputado estadual em 1947, para deputado federal em 1950 e veio a ocupar o cargo de ministro do Trabalho durante o governo de Getúlio em 1953. Com toda essa proximidade, e após o suicídio de Vargas, ficava claro que Goulart era seu herdeiro político, o que desagradava a oposição varguista representada pela UDN e pelos conservadores em geral. Seu populismo e sua proximidade com os sindicatos eram outros fatores que fomentavam a oposição, que veio a se intensificar ainda mais após Jango lançar sua bandeira política sobre as supracitadas Reformas de Base.

Quando João Goulart assumiu o presidencialismo, a economia brasileira já se encontrava em maus lençóis pela ingerência do governo anterior. A taxa de inflação crescia ano após ano, e em 1962 encontrava-se em 51,6%. A balança comercial, que antes havia sido superavitária, em 62 houve um deficit de US\$ 90 milhões, e no ano seguinte, com Jango no poder, os resultados só pioraram. “A taxa de crescimento do PIB teve uma violenta queda: de 6,6% em 1962 para 0,6% em 1963. A inflação saltou para 79,9%. As reservas internacionais caíram ainda mais e chegaram a apenas US\$ 215 milhões – cerca de 20% do valor total das importações no mesmo ano.” (VILLA, 2014, p. 28). Além disso, Jango apoiava sua política sobre a necessidade da implementação das Reformas de Base, que eram referenciadas como mudanças estruturais em diversos setores econômicos e políticos do país, mas que nunca foram realmente explicadas.

As reformas eram mal explicadas, nunca se revelando exatamente o que seriam. Eram citadas: a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma educacional, a reforma tributária, a reforma administrativa, a reforma eleitoral, a reforma universitária, a reforma bancária, a reforma nas relações com as empresas estrangeiras. Serviam para tudo, até para justificar um golpe popular. (COUTINHO, 2014, p.25).

Como temiam os conservadores desde a renúncia de Jânio, João Goulart começou a demonstrar que suas intenções para o futuro do país talvez não fossem das mais democráticas, como evidencia o seguinte relatório da CIA:

As evidências sobre os objetivos do presidente Goulart são variadas e confusas, mas ele é, essencialmente, um oportunista cujas inclinações e ligações são populistas e esquerdistas. (...) Um confirmado oportunista cuja preocupação primária tem sido a conquista e a retenção de poder político. Ao mesmo tempo, ele tem poucas convicções

em relação a políticas gerais e pouca compreensão sobre os grandes problemas econômicos e financeiros enfrentados por seu governo. (SILVA, 1999, p. 08 apud MORAES NETO, 1997, p. 199)

O presidente sabia que sua atuação no poder estava sob constante vigilância. Para proteger-se contra uma possível ação dos militares, e sob influência dos populistas e comunistas, Jango montou o que ficou conhecido como “Dispositivo Militar”. “Este esquema se fazia, basicamente, pela colocação de oficiais-generais nacionalistas e progressistas em certos pontos-chave e pela mobilização e politização de sargentos e marinheiros em torno da legalidade, do nacionalismo e das reformas.” (COUTINHO, 2014, p. 26).

João Goulart não era um marxista declarado, mas deixava-se claramente influenciar pelas lideranças comunistas do País, como, por exemplo, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que tinha forte influência entre os sindicatos e era fortemente ligada ao presidente da república, pois, “Era um dos principais meios para se chegar à República Sindicalista, com que tanto Jango sonhava.” (SILVA, 1999, p. 24). Também sofria forte influência de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro e ferrenho defensor da revolução comunista, e de Leonel Brizola, seu cunhado, um político nacionalista de esquerda que na época era governador do Rio Grande do Sul.

Todos esses fatores econômicos e políticos começaram a preocupar demasiadamente não apenas a sociedade civil, mas principalmente os militares, o que levou diversos grupos de oficiais de todos os postos a conspirarem contra o governo. Nesse ponto, tínhamos dois golpes encaminhados ao governo brasileiro: “O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial.” (GASPARI, 2002, p. 50). Já o dos militares viria através das “lideranças conspiradores”, citadas por Elio Gaspari, que, pela imposição da força, tirariam Jango da presidência e decidiriam quais rumos o poder executivo deveria tomar.

João Goulart, Brizola e Prestes, sentiam-se suficientemente amparados pelas forças populares e pelo dispositivo militar<sup>5</sup> que fora construído para protegê-los contra os opositores

---

5 Dispositivo Militar é um termo utilizado pelo jornalista e escritor Elio Gaspari para o esquema político utilizado por João Goulart de colocação de militares influentes de sua confiança em cargos estratégicos, de forma que a presidência tivesse uma defesa contra possíveis intervenções de outros militares que não concordassem com suas atitudes.

militares. Com isso, decidiram fomentar o apoio dos sindicatos e das praças das Forças Armadas a seus propósitos através da realização de comícios.

Três episódios caracterizariam essa decisão: o comício realizado em frente ao prédio da Central do Brasil, em 13 de março, marcado pela agressividade e radicalização das posições; o motim de marinheiros e fuzileiros navais, em 25 de março; e o discurso pronunciado por João Goulart no Automóvel Clube, em 30 de março. (LANNES, 2014, p. 30).

Esses eventos, entretanto, tomaram proporções inesperadas pelo presidente, culminando em um movimento cívico-militar que o tirou da presidência da República.

### 3 O MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE MARÇO DE 1964

Este capítulo tem por finalidade descrever os acontecimentos e as ações tomadas pelos agentes envolvidos por ocasião do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964. Entretanto, antes de chegarmos ao movimento de fato, é necessário entendermos três outros eventos que aconteceram entre os dias 13 e 31, que foram responsáveis por abalar as relações entre oficiais e praças dentro das forças armadas, e por adiantar o já esperado movimento cívico-militar que tirou Jango do poder. Estes foram o Comício da Estação Central do Brasil, o motim de marinheiros e fuzileiros navais e o discurso de João Goulart no Automóvel Clube.

#### 3.1 O COMÍCIO DA ESTAÇÃO CENTRAL DO BRASIL

Em 13 de março de 1964, foi realizado o primeiro comício de João Goulart, dentro da ideia de fomentar seus apoiadores dos sindicatos aos seus propósitos políticos. O local e o horário foram objetivamente escolhidos, pois a Estação Central do Brasil estaria repleta de trabalhadores que teriam acabado de sair de seus trabalhos, e as lideranças sindicais os convocariam para ouvirem as palavras do presidente. (SILVA, 1999, p. 30).

Protegidos por militares do Exército, encontravam-se sobre o palanque nessa data todas as principais lideranças de esquerda do Brasil: o deputado Leonel Brisola, representantes da Confederação Geral dos Trabalhadores, o chefe da Casa Civil: Darcy Ribeiro, o presidente da União Nacional dos Estudantes: José Serra e ministros militares que faziam parte do dispositivo montado por Jango. Nesse evento, Goulart iniciou sua campanha pela implementação das reformas de base, acreditando estar forte o suficiente para aprová-las passando por cima do Congresso Nacional. O presidente “assinou dois decretos. Um desapropriava as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais. Outro encampava as refinarias particulares de petróleo”. (GASPARI, 2002, p. 47). Também nessa ocasião, o presidente aproveitou para atacar a Constituição, dizendo-a ser arcaica e obsoleta, e Brizola defendeu o fechamento do Congresso. (NASCIMENTO; MACIEL, 2012).

Como resultado desse comício, tivemos uma mudança no posicionamento da imprensa, que passou a apelar para que os militares interviessem na crise, respeitando o seu papel

constitucional de garantia dos três poderes constitucionais. Como exemplo disso, temos a publicação do editorial do “Diário de Notícias”:

É inegável que existem forças subversivas visando claramente uma tentativa de derrubar o regime e as instituições vigentes (...) Estas forças parecem ter cooptado o próprio Presidente e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à Constituição. Se a autoridade suprema do Executivo se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer às leis, ele automaticamente perde o direito de ser obedecido (...). (NASCIMENTO; MACIEL, 2012, p. 109).

Em resposta também ao Comício da Central do Brasil, as forças populares conservadoras de São Paulo organizaram, no dia 19 de março a conhecida “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na qual aproximadamente 200 mil pessoas se reuniram em protesto pelas ruas da capital paulista, levantando cartazes revoltados contra o Presidente da República. Outras marchas também começaram a ser organizadas pelas capitais brasileiras. (NASCIMENTO; MACIEL, 2012).

No meio militar, o chefe do Estado-Maior do Exército, que é um cargo independente da Presidência da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, emitiu uma circular de caráter reservado a todos os oficiais do Exército. Como objetivo, o general queria tranquilizar seus subordinados, compreendendo a insegurança e as indagações que foram levantadas após a divulgação do Comício do dia 13 de março. (TREVISAN, 1985).

O documento abordava sobre a ameaça de uma possível tentativa de instauração de uma ditadura, com o fechamento do Congresso e a implementação de uma constituinte, e reforçava o papel legal das Forças Armadas diante de uma situação de calamidade como essa.

Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, além de legal, de elevada compreensão em face das dificuldades e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E mantidos, como é de seu dever, fiéis à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus chefes e à autoridade do Presidente da República. É preciso aí perseverar, sempre “dentro dos limites da lei”. Estar prontos para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três Poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública, a ser promovida pelo CGT, e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas. (SILVA, 1999, p. 51).

A partir do Comício da Central do Brasil e da publicação dessa circular, tanto o presidente João Goulart e suas lideranças comunistas quanto os militares sabiam que o desfecho estava se aproximando.

### 3.2 O MOTIM DOS MARINHEIROS

No segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), uma organização que tinha sua legalidade debatida dentro da marinha e que possuía fortes ligações com outras instituições de cunho socialista, os marinheiros foram convocados para uma assembleia. Este evento seria realizado inicialmente na sede da Petrobras, mas teve seu local alterado e acabou ocorrendo na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, na cidade do Rio de Janeiro.

A reunião tinha sido proibida pelo ministro da Marinha. Mesmo assim, compareceram 4.500 marinheiros. Aprovaram várias propostas, inclusive uma espécie de central que unia as associações das Três Armas de praças, cabos, sargentos e marinheiros. A proposta encontrava a oposição dos oficiais, independentemente da coloração política. Parte dos fuzileiros navais enviados para dissolver a reunião acabou aderindo aos manifestantes. O clima era de insurreição. (VILLA, 2014, p. 31).

Nessa ocasião, sob liderança de José Anselmo dos Santos, popularmente conhecido como “cabo” Anselmo, os marinheiros fizeram várias reivindicações, como o reconhecimento legal da sua associação, a melhoria das condições de trabalho nos navios e nos quartéis, a substituição do Ministro da Marinha e a garantia de que não fossem impostas punições contra os que ali se encontravam.

A insubordinação não se caracterizava como um movimento armado, mas alguma medida precisava ser tomada pelo Ministro da Marinha, que determinou que fosse enviado um destacamento de fuzileiros para conter o motim e prender suas lideranças, mas esses homens acabaram abandonando suas armas e aderindo aos amotinados, sob apoio de seu comandante, o almirante Cândido Aragão, conhecido como “Almirante do Povo”. Com a insubordinação generalizada, o Ministro da Marinha, Sílvio Mota, determinou a exoneração do almirante Cândido Aragão e solicitou apoio ao Exército, que realizou um cerco no Sindicato dos Metalúrgicos. Entretanto a situação foi contornada com o Presidente João Goulart ordenando que fosse levantado o cerco e que os marinheiros abandonassem o sindicato com a garantia de que não sofreriam nenhuma punição. Após isso, o ministro Sílvio Mota demitiu-se, Jango reconduziu Cândido Aragão para seu posto, nomeou o almirante Paulo Mário da Cunha para ocupar a vaga no ministério, e, em comemoração à vitória da indisciplina, os marinheiros fizeram uma passeata carregando o “Almirante do Povo” nos ombros. (SILVA, 1999, p. 35).



Só se contornou a crise quando oficiais do Gabinete Militar da Presidência foram ao sindicato e sentaram à mesa de negociações com o líder da rebelião, o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos, nacionalmente conhecido como Cabo Anselmo. O arranjo saído dessas conversas resultara numa dupla humilhação para a oficialidade da Marinha. Primeiro, porque os marinheiros, presos, foram levados para quartéis do Exército. Segundo, porque logo depois, soltos, saíram pelas ruas do Rio em passeata, carregando dois almirantes de esquerda nos ombros. (GASPARI, 2002, p. 50-51).

Essa atitude do presidente de apoiar a insubordinação dos marinheiros e as imagens divulgadas dos almirantes nos braços dos rebeldes tiveram repercussão política em todo o meio militar, principalmente entre os oficiais e o alto-comando. Em 29 de março de 1964 boa parte dos oficiais da marinha reuniram-se no Clube Naval, indignados com tamanha quebra dos princípios basilares de hierarquia e disciplina. Nessa ocasião, redigiram um manifesto que defendia a necessidade de uma reação.

Um manifesto ao povo brasileiro, assinado por mais de 1.500 oficiais da Marinha, declarava que havia chegado a hora de o Brasil defender-se. O Exército proclamou solidariedade à Marinha. A imprensa aderiu. No Congresso Nacional, dezenas de parlamentares pronunciaram-se contra a indisciplina. Os que antes não aceitavam os desmandos do Governo passaram a agir. Os que ainda aguardavam, desiludiram-se e engrossaram as fileiras dos verdadeiros democratas. A Revolução Democrática estava por dias. (NASCIMENTO; MACIEL, 2012, p. 89).

### 3.3 O DISCURSO NO AUTOMÓVEL CLUBE

A Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, há algum tempo, havia convidado João Goulart para participar das solenidades do aniversário da organização, o presidente, aceitando o convite, adiou sua presença para uma data posterior indefinida. Seguindo então seu plano de realizar comícios para fomentar seus apoiadores, chegara a hora de João Goulart comparecer. Na noite de 30 de março de 1964, o presidente foi a uma reunião organizada pela associação supracitada, na sede o Automóvel Clube no Rio de Janeiro. Seus aliados chegaram a lhe aconselhar para que não comparecesse a tal evento, para evitar reações de seus adversários políticos e/ou militares, mas Jango contrariou tais recomendações. Nessa ocasião, compareceram centenas de praças, além de diversas autoridades militares e civis alinhadas aos ideais de Jango, onde confraternizaram juntos militares e comunistas, atingindo o ápice da exaltação quando abraçaram-se, aplaudidos, o almirante Cândido Aragão e o Cabo Anselmo. (NASCIMENTO; MACIEL, 2012, p. 89).

A reunião foi transmitida ao vivo pela televisão, onde uma grande parcela da população assistiu a diversos discursos inflamados, atentando contra a hierarquia e a disciplina, valores fundamentais para as forças armadas. Até que chegara a hora do discurso de João Goulart, o qual não foi diferente do esperado.

Jango fez um dos discursos mais inflamados de sua vida pública. Defendeu os sargentos amotinados. Propugnou pelas reformas de base. Acusou seus adversários, políticos e militares, de estarem sendo subsidiados pelo estrangeiro. Ameaçou-os com as devidas “represálias do povo”. A televisão mostrou ao vivo estas cenas. Muitas das pessoas que as assistiam sentiram que, após aquela reunião, a queda de Jango era iminente. Na verdade, fora seu último discurso como Presidente da República. (NASCIMENTO; MACIEL, 2012, p. 90).

### 3.4 A BASE MILITAR DE JOÃO GOULART

Para compreendermos as ações tomadas pelos militares envolvidos nas ações de 31 de março de 1964, precisamos entender o “dispositivo militar” montado por João Goulart para proteger-se dos, como classifica Elio Gaspari, militares conspiradores. Como dito anteriormente, esse esquema consistia na colocação de militares influentes em cargos estratégicos de forma que pudessem suprimir qualquer ameaça aos planos do presidente. A chave desse esquema era o prestigiado chefe da Casa Militar, general Argemiro de Assis Brasil, que possuía ligação com o Partido Comunista Brasileiro e era considerado marxista, mas que, apesar de ser considerado capaz para gerir esse dispositivo, não possuía uma rede de informações confiável. “A prova disso é que Jango só tomou conhecimento da atuação do general Castello Branco no dia em que estourou a revolução.” (SILVA, 1999, p. 37).

Outro general importante para esse esquema do presidente era Jair Dantas Ribeiro, que assumiu o ministério da guerra em 1963 em substituição ao general Amauri Kruel, que foi designado comandante do II Exército e que, apesar de não ser esquerdista possuía uma relação de amizade com João Goulart desde que o conhecera casualmente no Rio Grande do Sul. Nesse cargo, em seus discursos, Jair Dantas incentivava a distinção em “classes” dentro do Exército, dirigindo suas palavras aos sargentos pregando o nacionalismo e exaltando a importância das praças para o futuro do país. Também compareceu ao comício da Central do Brasil no dia 13 de março, contrariando pedidos de outros generais para evitar o envolvimento do Exército em assuntos políticos. “Como o general Assis Brasil, ele não acreditava que os militares

conspiravam. Confiava na amizade do comandante do II Exército, general Amauri Kruehl, com o presidente, o que lhe asseguraria o apoio das tropas de São Paulo.” (SILVA, 1999, p. 38).

No comando do I Exército, no Rio de Janeiro, estava o general Armando de Moraes Âncora. Logo abaixo dele, encontrava-se o general Oromar Osório, militar altamente confiável ao governo e que comandava a 1ª Divisão de Infantaria e a guarnição da Vila Militar, no Rio de Janeiro, a guarnição mais poderosa do país. (SILVA, 1999, p. 39). À frente do III Exército, no Sul, estava o general Benjamim Rodrigues Galhardo, que era considerado tão leal quanto o general Âncora, e, para contribuir ainda com o dispositivo, Assis Brasil possuía oficiais superiores de sua confiança que possuíam estreita relação com o partido comunista.

A base militar do PCB, conhecida apenas pela sua cúpula, denominava-se Setor Mil. Só Prestes e dois membros da comissão executiva sabiam os nomes de seus oficiais, divididos em compartimentos estanques. Numa estimativa prudente, os oficiais da ativa que militavam no partido e, em tese, poderiam ser mobilizados por sua direção, estariam em torno de cem. Os oficiais superiores eram mais de vinte mas não passavam de trinta. (GASPARI, 2002, p. 52).

Como podemos verificar com o que foi exposto até este ponto, houve um grande esmero na montagem do “dispositivo militar” do presidente, evidenciado pelos militares que estavam à frente das principais guarnições do País: comunistas e/ou conhecidos de João Goulart. Mas outro fator importante para garantir a segurança desse aparelho era limitar a capacidade de comando dos militares que certamente poderiam tomar alguma ação contra o governo. Com isso, vários generais de grande prestígio foram movimentados para funções que não envolviam o comando direto de tropas. (GASPARI, 2002, p. 52).

Podia-se temer a capacidade de articulação do general Oswaldo Cordeiro de Farias. Conspirador e insurreto desde 1924, era uma espécie de patriarca das revoltas militares nacionais. Comandara a artilharia da Força Expedicionária Brasileira, no front italiano da Segunda Guerra Mundial. Sem função, comandava o motorista do seu automóvel. O general Orlando Geisel, outrora poderoso chefe de gabinete do ministro da Guerra, chefiava baterias de telefones na subdiretoria de material de engenharia. Seu irmão Ernesto, que até bem pouco comandara a guarnição do Paraná, caíra para a 28 Subchefia do Departamento de Provisão Geral, onde movia papéis. O coronel Golbery do Couto e Silva, que desde 1952 redigira todos os manifestos sediciosos contra Vargas e Jango, passara voluntariamente para a reserva em 61. (GASPARI, 2002, p. 52-53).

João Goulart, com o apoio de Assis Brasil havia conquistado sua base militar. Sentia-se confiante o bastante para promover as ações supracitadas do Comício da Central do Brasil e do

discurso no Automóvel Clube, crente de que não haveria uma reação militar suficientemente forte para ameaçar os seus planos, mas estava enganado.

### 3.5 O MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR

Do lado contrário a esse dispositivo, apesar da descrença de tal possibilidade por parte do general Assis Brasil, havia os militares “conspiradores”, como diz Elio Gaspari. Entretanto ainda faltava entre eles uma liderança forte para coordenar suas ações, o que veio a se resolver com a atuação do general Humberto de Alencar Castello Branco.

Legalista por convicção, durante muito tempo pensou que os problemas poderiam ser resolvidos pelos processos democráticos normais. (...) Pregava a vigilância, o acompanhamento da situação, mas achava que não se devia precipitar o movimento. Só pretendia dar o primeiro passo se a situação se tornasse irreversível. Em determinado momento, porém, sentiu que só a deposição do presidente poderia resolver o problema do país. (SILVA, 1999, p. 47).

Em setembro de 1963, Castello Branco foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que lhe dava fácil contato com o ministro Jair Dantas, e de onde pôde difundir sua reflexão aos militares “legalistas”. Questionava ele: “a lealdade das forças armadas ao presidente, que é seu comandante-em-chefe é mais ou menos importante que a lealdade à Constituição?” (SILVA, 1999, p. 49). Fez isso por meio de uma circular reservada que acabou sendo descoberta pelos militares do dispositivo, que determinaram a sua prisão. Ao tomar conhecimento disso, alguns oficiais alunos e instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, sob liderança do general Mamede, foram armados para o gabinete do Estado-Maior do Exército para proteger Castello. “Apesar da ameaça, o general saiu normalmente do ministério às quatro horas da tarde e se dirigiu para um apartamento na zona sul do Rio, de onde acompanhou os acontecimentos, em companhia de outros oficiais revolucionários.” (SILVA, 1999, p. 52).

Os “militares conspiradores” não possuíam uma data definida para iniciar o movimento, mas havia um estopim, que seria alguma imposição de força do governo sobre o Congresso ou sobre os governadores que não lhe eram afetos. Dentre os estados brasileiros em que se podia deflagrar o levante, Minas Gerais era o que mais se adequava, pois havia uma proximidade maior entre as lideranças civis, representadas pelo governador José Magalhães Pinto e as militares. No

comando da Infantaria Divisionária/4<sup>6</sup> estava o general Carlos Luiz Guedes e à frente da 4<sup>a</sup> Região Militar<sup>7</sup> e da 4<sup>a</sup> Divisão de Infantaria<sup>8</sup>, o general Olympio Mourão Filho. (GASPARI, 2002, p. 55-56).

Também mantinham-se atentos à evolução dos acontecimentos alguns agentes estrangeiros, com destaque para os Estados Unidos que, pelo contexto da Guerra Fria, preocupavam-se com a expansão do comunismo no continente, mantendo-se em condições de, se necessário, intervir na crise brasileira.

No dia 20 de março de 1964, uma semana depois do comício da Central, o presidente Lyndon Johnson autorizara a formação de uma força naval para intervir na crise brasileira, caso isso viesse a parecer necessário. A decisão foi tomada durante reunião na Casa Branca a que compareceram Gordon, o secretário de Estado Dean Rusk, o chefe da Central Intelligence Agency, John McCone, e representantes do Departamento de Defesa. Eram ao todo oito ou dez pessoas. Quando o embaixador expôs seu plano, McCone revelou que um empresário paulista (Alberto Byington) procurara a CIA em Washington e pedira que se estudasse um sistema de distribuição de combustível para abastecer as áreas insurretas. Nesses mesmos dias o general Cordeiro de Farias fizera solicitação semelhante a Walters. (GASPARI, 2002, p. 60).

Apesar de não ter acontecido uma imposição direta por parte do Presidente contra o congresso, que deveria ser o estopim para o movimento, o General Mourão decidiu deflagrá-lo de forma prematura logo após ter assistido ao discurso inflamado do presidente no Automóvel Clube. “A ‘precipitação’ do General poderia ter resultado em desastre – ou provocado uma guerra civil –, caso João Goulart estivesse articulado com os segmentos do Exército que ainda lhe eram leais. Embora isso não viesse a ocorrer, houve um momento de muita tensão na marcha golpista.” (BUENO, 2012, p. 479).

Ainda na madrugada do dia 31 e, Segundo Elio Gaspari, ainda de pijama, iniciou uma série de ligações para que se iniciasse o levante. A primeira delas, foi para o deputado Armando Falcão, para que entrasse em contato com o chefe do Estado-Maior, general Castello Branco e lhe informasse sobre o início do movimento. Armando o fez e, Castello Branco, por sua vez surpreendido, entrou em contato com o general Krueel, comandante do II Exército em São Paulo,

6 A Infantaria Divisionária tornou-se subordinada da 4<sup>a</sup> Divisão de Infantaria no ano de 1946. Durante o período do movimento cívico-militar de 1964, encontrava-se em Belo Horizonte – MG e hoje é sediada na cidade de Juiz de Fora, no mesmo Estado, sendo denominada 4<sup>a</sup> Brigada de Infantaria Leve – Montanha.

7 O QG (Quartel General) da 4<sup>a</sup> Região Militar foi instalado na cidade de Juiz de Fora no ano de 1916, posteriormente sendo transferido para a capital do Estado, Belo Horizonte, em 1995, onde se encontra até hoje. Possui como área de responsabilidade todo o Estado de Minas Gerais, com exceção da região conhecida como Triângulo Mineiro.

8 A 4<sup>a</sup> Divisão de Infantaria, que se encontrava na capital mineira em 1964 teve seu comando extinto em 2007, seguindo o plano de reestruturação do Exército.

que inicialmente, por sua amizade com o presidente, negou sua entrada no movimento que, segundo ele, seria apenas uma quartelada do general Mourão. Castello então, em tentativa de segurar o avanço do movimento, entrou em contato com o general Guedes, que se encontrava em Belo Horizonte e dava prosseguimento ao levante junto com Mourão. Castello alertava Guedes que aquele seria um ato precipitado, mas este afirmava que não tinha como voltar atrás. O chefe do Estado-Maior ainda entrou em contato com o sobrinho do governador de Minas, o banqueiro José Luís de Magalhães Lins, para que este falasse com seu tio para retardar Mourão, o que também não funcionou. (GASPARI, 2002, p. 55-57).

Por volta das dez horas Castello deixou Ipanema e foi para o trabalho, no sexto andar do Ministério da Guerra. De lá, ainda tentaria segurar o levante duas outras vezes. Numa disse ao general Guedes que “não foi possível fazer nenhuma articulação; a solução é vocês voltarem, porque, se não, vão ser massacrados”. Noutra, falou direto com Magalhães Pinto: “Se não voltarem agora, voltarão derrotados”. (GASPARI, 2002, p. 67).

Nesse ponto da história, o Presidente João Goulart e seus militares apoiadores sabiam que havia algo acontecendo em Minas Gerais, mas ainda não tinham uma certeza sobre o quê. O general Argemiro de Assis Brasil estava plenamente confiante no dispositivo que havia montado, e decidiu acioná-lo para conter qualquer evento que estivesse acontecendo em Minas contra o governo. Com isso, partiram para a cidade de Juiz de Fora diversos carros com soldados equipados rebocando canhões de 120 mm (milímetros), do Grupo de Obuses do Rio de Janeiro. Do Regimento Sampaio também saíram 22 carros com homens sob chefia do general Luís Tavares da Cunha Mello. Mais adiantados no movimento encontravam-se também tropas do 1º Batalhão de Caçadores, enquanto que Mourão, passando por diversos impasses com seus comandantes de unidade, ainda nem tinha saído de Juiz de Fora, onde suas tropas encontravam-se estacionadas. (GASPARI, 2002, p. 68).

Após resolver tais questões pendentes, os homens de Juiz de Fora deram o primeiro passo por parte dos insurretos, iniciando o movimento cívico-militar e avançando 25 quilômetros até o final da tarde, comandados pelo general Antônio Carlos Muricy. Entretanto, pareciam desamparados pelos outros generais ligados ao movimento que ainda não haviam demonstrado qualquer mobilização em prol das tropas de Mourão. Além disso, Muricy encontrava-se com suas tropas relativamente despreparadas e sem recursos para sustentar um conflito armado longo com as tropas que avançavam do Rio de Janeiro. “Depois de inspecionar as tropas de Juiz de Fora,

Muricy percebeu que mais de metade de seus homens eram recrutas mal instruídos. Pior, tinha munição para poucas horas.” (GASPARI, 2002, p. 72). Mesmo assim, avançavam.

Em dezenas de unidades militares, oficiais e sargentos leais ao governo dominavam a situação. Os conspiradores não conseguiram furar a couraça do I Exército. Os comandantes dos Dragões da Independência, do Regimento de Reconhecimento Mecanizado e do 2º Batalhão de Infantaria Blindada refugaram convites para aderir ao levante. O comandante do Instituto Militar de Engenharia, estabelecimento vizinho da ECEME, recusou-se até mesmo a ceder meia dúzia de rádios aos insurretos. Na baía de Guanabara uma tentativa de levar alguns barcos para fora da barra fracassou. Na ilha do Mocanguê, onde estavam atracados dois submarinos, o almirante Sylvio Heck, ex-ministro da Marinha, depois de desembarcar de uma lancha disfarçado de pescador, descobriu que perdera a viagem, pois a um deles faltavam peças e ao outro, tripulantes. No palácio Guanabara, o governador Carlos Lacerda, barricado em caminhões de lixo, soube que dispunha de apenas seis minutos de tiro. Tinha razão o general Castello Branco, que o chamara ao telefone no meio da tarde sugerindo que abandonasse o palácio, pois “o Guanabara é indefensável”. Como registraria o general Guedes: “O Rio era impermeável”. Em São Paulo, no palácio dos Campos Elíseos, o governador Adhemar de Barros desligara o telefone quando Lacerda lhe perguntou se apoiava o levante. Na 2ª Divisão de Infantaria, a principal unidade militar do estado, o general Aluízio de Miranda Mendes dizia-se disposto a prender Krueel caso ele tentasse aderir. No Rio Grande do Sul o comandante da 6ª Divisão de Infantaria, Adalberto Pereira dos Santos, fugira de Porto Alegre para resistir ao “dispositivo” a trezentos quilômetros de distância, em Cruz Alta. (GASPARI, 2002, p. 75).

A essa altura, ainda no dia 31, o movimento parecia sufocado pelo dispositivo de Assis Brasil, mas na madrugada do dia 1º de abril, o que veio a mudar esse cenário foi a entrada de Amaury Krueel, à frente do II Exército, no movimento iniciado no dia anterior. Krueel fez uma ligação durante a noite para seu amigo, o presidente João Goulart, solicitando que este rompesse com a esquerda. Queria que Jango afastasse alguns colaboradores radicalistas e o Comando-Geral dos Trabalhadores do governo, mas o presidente recusou a proposta do general que já se encontrava em uma posição ambígua em relação a sua entrada no movimento desde que recebeu a notícia do chefe do Estado-Maior no início da manhã. Durante todo o período que se sucedeu após as ligações do general Mourão, nenhuma tropa fora de Minas Gerais havia aderido ao movimento, mas a falta de ação do governo, que subestimava o levante, foi um fator determinante para que isso acontecesse.

O “dispositivo” de Jango começava a desabar. (...) A cúpula militar manteve um olho para cima, esperando pela ação do governo, e outro para baixo, esperando a reação dos oficiais. A inércia do governo exacerbou-lhe as vulnerabilidades, tanto no sentido vertical – da linha de comandos – como no horizontal – na base da oficialidade. (GASPARI, 2002, p. 90-91).

A ligação da noite do dia 31 não foi a única tentativa de Kruel de convencer o presidente a abandonar a esquerda, mas em todas Jango se recusou a ceder aos apelos do general. Ele pedia para que o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, fosse demitido e que Darcy Ribeiro também fosse retirado da chefia do Gabinete Civil, isso porque essas duas figuras eram a representação do radicalismo comunista dentro do governo. Também queria que o presidente pusesse na ilegalidade o Comando-Geral dos Trabalhadores, que era a principal liderança intersindical do País, responsável por organizar diversas manifestações de viés esquerdista na época. Mas Jango encontrava-se sem escolha, pois, como ele mesmo ponderou, “esse tipo de acordo o levaria a uma capitulação humilhante, transformando-o num ‘presidente decorativo’.” (GASPARI, 2002, p. 89). Por fim, vendo que não teria como contornar a situação por meio das palavras com o presidente, Kruel, a aderiu ao movimento, determinando que suas tropas fossem mobilizadas em direção ao Rio de Janeiro pela BR-116, Rodovia Presidente Dutra. Sua entrada influenciou também a adesão de outros comandantes, como o general Justino que comandava o IV Exército em Recife. O dispositivo de João Goulart estava arruinado. “A mudança de posição de Kruel e, em certo sentido, a de Justino resultaram da decomposição da base militar do governo.” (GASPARI, 2002, p. 92).

A ineficácia do dispositivo militar dos “Janguistas” também se evidenciava dentro de suas próprias frações. O então 2º/4º Regimento de Obuses 105 mm<sup>9</sup>, que subia do Rio de Janeiro, por exemplo, tinha como comandante de uma de suas Baterias o capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar que já havia se mostrado contra a militância política dentro do Exército em oportunidades anteriores. Além disso, possuía uma cadeia de comando confusa, pois conduzia cabos e soldados da 1ª Bateria, mas lhe foram concedidos os sargentos da 2ª, mal equipados, mas que eram Janguistas, juntos com um capitão mais antigo que lhe acompanhava no carro. “Assim, o ‘dispositivo’ se protegia com os canhões de um capitão que não lhe era leal, supondo que ele poderia ser neutralizado pelos sargentos, os quais, por sua vez, tinham de enfrentar o complô do capitão com os cabos. Uma verdadeira anarquia.” (GASPARI, 2002, p. 94).

Chegando na altura da cidade de Resende, onde encontravam-se os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras interpostos entre as tropas e prontos para tentar barrar o avanço dos legalistas, o general Âncora, no comando do I Exército, sob sugestão do general Costa e Silva, solicitou uma conferência com o general Kruel dentro da AMAN. Às dezoito horas todos estavam

---

9 Atualmente essa unidade encontra-se na cidade de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais e é denominada 14º Grupo de Artilharia de Campanha.



reunidos no interior da Academia e, querendo evitar um derramamento de sangue entre irmãos de armas, entenderam-se.

O que Kruel pretendeu indo se encontrar com Âncora em Resende já parece mais claro. Jango estava no chão, vivia-se “a fase das ambições”, e o comandante do II Exército, que começara a decidir a parada ao abandonar o presidente, tinha um fantasma à sua frente: o seu velho inimigo Castello Branco e todo aquele grupo de oficiais que passara a girar em torno do chefe do Estado-Maior. Um passo em falso, e Castello poderia ultrapassá-lo. Âncora chegou à AMAN em estado deplorável, abatido por uma crise de asma. Os dois generais entenderam-se. O I Exército se renderia, e o general Costa e Silva, conforme proposta de Kruel, assumiria o Ministério da Guerra. Pelo manual, na ausência de titular, o cargo cabia ao chefe do Estado-Maior do Exército. (GASPARI, 2002, p. 108).

Com o desmanche completo de seu “dispositivo militar”, João Goulart percebeu que não havia mais saída, optou então por fugir das tropas que agora vinham em sua direção. Dessa forma fez as malas e pegou um voo para Brasília, mas lá viu-se novamente encurralado pelos próprios senadores. “Na capital, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, preparava a associação do Congresso à rebelião.” (GASPARI, 2002, p. 110). João Goulart então pegou outro avião até Porto Alegre, enquanto o presidente do Senado declarava a vacância do cargo de Presidente mesmo com ele ainda em território nacional. Na capital gaúcha, Jango encontrou-se com Brizola com uma última esperança de resistência, mas posteriormente foi alertado pelo general Floriano Machado que, se não deixasse o país, acabaria preso. Pegou mais um voo às pressas junto com o general Assis Brasil para sua fazenda em São Borja, onde encontrou-se com sua mulher e filhos e partiram para um rancho às margens do rio Uruguai, de onde pediu asilo ao governo uruguaio. (GASPARI, 2002, p. 110-112).

Após uma cerimônia realizada pelo Congresso Nacional, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara e sucessor legal de Jango, assumiu o cargo provisoriamente. Esse ato foi legitimamente reconhecido pelo governo norte-americano que havia preparado uma operação militar de apoio caso se mostrasse necessária uma intervenção durante a revolução, conhecida como “Operação Brother Sam”.

Ciente da instabilidade do governo Jango, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, que há meses mantinha contato com os militares golpistas, solicitara a Washington “apoio logístico” aos rebeldes. Na tarde de 31 de março, foi deflagrada a operação, que consistia no envio de seis destróieres, um porta-aviões, um navio para transporte de helicópteros, uma esquadrilha de aviões de caça e quatro petroleiros com capacidade para 130 mil barris, destinados ao abastecimento das tropas rebeldes, além de

100 toneladas de armas leves e munições, que foram reunidas numa base em Nova Jersey – EUA e seriam transportadas, se necessário, em aviões C-135. Mas não houve resistência e a “Operação Brother Sam” foi suspensa, virando uma pilha de documentos, arquivados na biblioteca Lyndon Johnson, no Texas. (BUENO, 2012, p. 481).

Com isso, no dia 11 de abril de 1964, por eleição do Congresso Nacional, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República, dando início ao período dos governos militares e ponto fim ao movimento cívico-militar que iniciou-se em 31 de março de 1964, e que foi amplamente divulgado pela mídia como “Revolução de 1964”.

## 4 A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

O presente capítulo destina-se a descrever como ocorreu a participação da Academia Militar das Agulhas Negras no Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964. De acordo com o que foi anteriormente abordado, as tropas que defendiam a presença de João Goulart na presidência e os revolucionários marchavam ao encontro uns dos outros pelo eixo Rio-São Paulo, e um confronto violento parecia iminente. Diante dessa situação, e pressionado por telefonemas dos comandantes do I e II Exércitos, O general Emílio Garrastazu Médici, então comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), tomou a decisão de juntar-se aos revoltosos e empregar os cadetes de forma a garantir a passagem do II Exército pela região de Resende. Quando as tropas “Janguistas” alcançaram a cidade, encontraram os cadetes ocupando posições defensivas, o que causou uma hesitação dos militares em avançarem contra a juventude que representava, para eles, o futuro do Brasil. Diante disso, os comandantes de ambas as tropas decidiram reunir-se no interior da AMAN em busca de uma solução para o conflito, culminando na rendição do I Exército e na retirada de João Goulart da Presidência da República.

### 4.1 O ANTICOMUNISMO NA ACADEMIA MILITAR

No dia 27 de novembro de 1946, por meio do Boletim Escolar nº 279, foi emitida pela primeira vez, na então Escola Militar de Resende (antiga denominação da Academia Militar das Agulhas Negras), uma publicação em Boletim Interno<sup>10</sup> abordando sobre o comunismo. A motivação para tal acontecimento se deu pela manifestação do Partido Comunista Brasileiro sobre seu desejo de participar das solenidades do dia 27 de novembro, realizadas anualmente pelos militares, em memória dos companheiros mortos durante a intentona comunista, que ocorreu na mesma data no ano de 1935. Tal manifesto do PCB foi recebido como uma afronta pelo general Canrobert Pereira da Costa, então ministro da Guerra, que solicitou a proibição da comemoração ao presidente da República, tendo seu discurso publicado no supracitado Boletim e lido para os cadetes em formatura alusiva a data. A partir disso, tornaram-se frequentes a difusão de discursos anticomunistas na Academia Militar e a participação de cadetes nas solenidades do dia 27, por determinação do general Canrobert Pereira. (ALMEIDA, 2018, p. 113-114).

<sup>10</sup> O Boletim Interno é uma espécie de “diário oficial” da Organização Militar (OM), de acordo com o manual EB 10-IG-01.001, é um “instrumento pelo qual o comandante, chefe ou diretor divulga suas ordens e das autoridades superiores e os fatos que devam ser do conhecimento da OM, podendo ser utilizado suporte eletrônico [...]”.

Após a posse do general Eurico Gaspar Dutra como presidente da República, ainda em 1946, houve uma forte repressão do Partido Comunista, graças às políticas alinhadas aos Estados Unidos adotadas pelo presidente que colocaram o PCB na ilegalidade e suspenderam também as organizações ligadas a ele, incluindo a União da Juventude Comunista (UJC), que exercia influência nos jovens da época e era vista como uma ameaça pela difusão dos ideais de esquerda, que podiam penetrar no meio acadêmico-militar pela entrada de novos cadetes influenciados por tais ideias. Também a fim de colaborar com o anticomunismo, em 1947, o governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, doou 265 livros para a Academia que abordavam temas importantes sobre a história do Brasil. Adhemar “dizia que a doação tinha por objetivo ‘pôr à disposição das gerações que aí se preparam para a defesa da Pátria, uma coleção preciosa de estudos sobre os maiores problemas do Brasil, entre eles o comunismo’.” (ALMEIDA, 2018, p. 115).

Em 1949, o Ministro da Guerra determinou que fossem ampliadas para três dias consecutivos as solenidades em homenagem aos mortos da intentona comunista de 1935. Isso foi feito pela percepção do ministro de que esse evento renovava a força anticomunista nos militares ano a ano. Determinou-se que nos dias 25 e 26 fossem realizadas palestras para os oficiais e praças sobre o referido tema e também solenidades cívicas e missas com participação de civis, de forma a difundir esse sentimento de aversão à esquerda para o restante da sociedade. “Na Escola Militar esses eventos foram cumpridos nos três dias previstos para a cerimônia, sendo realizadas palestras para os oficiais, cadetes e praças, e ainda uma missa na capela militar com a participação de civis.” (ALMEIDA, 2018, p. 117).

Apesar de todas essas medidas tomadas pelo medo da difusão do comunismo dentro do meio militar, as eleições presidenciais de 1950 foram responsáveis por, de certa forma, infiltrá-lo dentro da caserna. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra surgiu uma discussão política relacionada à extração de petróleo no País. A campanha “o petróleo é nosso” (1947-1953) foi responsável por separar a opinião pública em duas vertentes: os nacionalistas, que defendiam a criação de uma empresa estatal para explorar o petróleo no território nacional, e os chamados “entreguistas”<sup>11</sup>, que defendiam que essa exploração devia ser feita por empresas privadas. Alguns militares, envolvidos politicamente nessa campanha ao lado dos nacionalistas, foram responsáveis por trazer essa discussão para o interior dos quartéis, o que serviu para, mais uma

<sup>11</sup> Esse termo “entreguista” era uma forma pejorativa que os nacionalistas utilizavam para fazer referência aos defensores da privatização da exploração do petróleo no Brasil, alegando que estes queriam “entregar nossas riquezas” para os Estados Unidos.

vez, permear pensamentos relacionados ao comunismo para dentro da força. Isso serviu de alarme para o Ministro da Guerra, que desde agosto desse ano, passara a alertar os militares sobre mais uma possível necessidade de intervenção das Forças Armadas na política. (ALMEIDA, 2018, p. 117-120).

Paralelamente a isso, as condições de trabalho nos quartéis da época se encontravam degradadas, de forma que, no ano de 1954, dezenas de coronéis e tenentes-coronéis redigiram o chamado “Manifesto dos Coronéis”, que consistia de um apelo aos superiores hierárquicos para que fosse difundida uma campanha de recuperação e saneamento nos quartéis, devido as péssimas condições em que se encontravam as instalações da força. Sendo veiculado pelos principais meios de comunicação, não demorou para que chegasse aos militares da Academia, levando o comandante a instaurar um Inquérito Policial Militar para apurar possíveis atos de indisciplina em seu interior.

O que percebemos neste documento, é que havia o medo de que os oficiais, cadetes e praças da Academia Militar entendessem que o gesto dos oficiais representasse uma quebra de hierarquia ou um ato de insubordinação que estava ocorrendo dentro do Exército. Diante dessa situação, [...] uma das decisões tomadas pelo presidente da República, Getúlio Vargas, foi afastar o Ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso. (ALMEIDA, 2018, p. 123-124).

Chegando em 1955, mais uma vez, as eleições viriam a intensificar a cisão ideológica dentro do meio militar. Isso é verificado pela própria tentativa de tomada do poder pelos militares após o descontentamento com o resultado das eleições de 1955, que elegeu a chapa Juscelino-Jango (João Goulart), e que foi contida por meio da Intervenção Preventiva do Marechal Lott. Outro fato que abalou as relações na caserna foi a eleição para presidência do Clube Militar de 1958, que estava sendo disputada pelos generais Castello Branco, que pertencia ao movimento “entreguista”, e Justino Alves Branco, militar nacionalista. Essa atmosfera de conflito reverberava em todos os quartéis do país, inclusive na Academia Militar. (ALMEIDA, 2018, p. 126-130).

Nesse período, a AMAN também sofreu uma alteração na rotina acadêmica devido ao chamado “Regulamento de 58”, aprovado por militares ativistas de esquerda que estavam na chefia da Diretoria Geral de Ensino (DGE). Segundo Antônio Jorge Corrêa, esse regulamento descaracterizava a Academia como uma instituição militar, tornando-a semelhante a uma universidade. Como relatou em entrevista:

Os reflexos destes dispositivos regulamentares foram desastrosos do ponto de vista da formação dos oficiais: impediam a disciplina que se espera de uma Academia Militar; a liberdade pessoal chegava a tornar-se incompatível com a seriedade e respeitabilidade de um ambiente militar; no Conjunto Principal da Academia Militar, estabeleceu-se o ambiente normal de uma universidade, isto é, as turmas deslocavam-se em passo sem cadência, dispensadas de continências e outros sinais de respeito; o mais grave é que este contexto de normas, situações e praxes parecia concorrer para deterioração e até o desprestígio dos ideais e do 1964 – 31 DE MARÇO: O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO E A SUA HISTÓRIA 32 espírito militar. Em outras palavras, repetimos: tornando-a mais uma Escola Leiga do que uma Academia Militar. (MOTTA, 2003, p. 31-32).

Esse cenário veio a acabar com a entrada do general Castello Branco como chefe da Diretoria Geral de Ensino, em 1960. Logo que assumiu o cargo, Castello percebeu que o Regulamento de 58 fazia parte de uma manobra dos militares marxistas para introduzir o ideal comunista na formação dos jovens oficiais e, para desarticular tal esquema, afastou todos os antigos chefes da DGE de seus cargos, substituindo também a cúpula da AMAN. Dessa forma assumiram como comandante e subcomandante, respectivamente, o general Adalberto Pereira dos Santos e o coronel Emílio Garrastazu Médici, e à frente do Corpo de Cadetes veio o então coronel Antônio Jorge Corrêa. (MOTTA, 2003, p. 31).

Após isso, Castello Branco determinou também que fosse realizada uma comissão para elaborar um novo regulamento para a Academia, de forma que fosse reestabelecida a rotina antiga, caracterizada pelo maior foco nas tradições militares e no ensino profissional. Feito isso, foi possível retomar o ensino da doutrina anticomunista e dar início ao Programa de Guerra Revolucionária. (MOTTA, 2003, p. 32).

#### 4.2 A INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A partir da introdução de uma nova doutrina militar no currículo da Academia, foi feita a preparação técnica e tática dos jovens cadetes para o movimento que estava por vir. “A teoria de guerra revolucionária foi sem dúvida a ‘mola propulsora’ para o golpe militar de 1964, pois por meio dela foi realizada a leitura dos acontecimentos políticos e sociais dos finais dos anos de 1950, até a derrubada do presidente João Goulart em 1964.” (ALMEIDA, 2018, p. 130). Atentando para o alerta do general Castello Branco sobre a difusão da doutrina socialista no meio acadêmico, foi organizada uma comissão com o objetivo de coordenar o ensino das disciplinas de

Geografia, História e Geopolítica nas escolas de oficiais, sendo o tenente-coronel Francisco Ruas Santos, da cadeira de História da AMAN, escolhido para presidir a comissão na Academia Militar, vindo a escrever o livro *A Guerra Revolucionária Comunista*, que posteriormente se tornou um manual de instrução. O conteúdo trazido por esse manual colaborou sobremaneira para a doutrinação da juventude militar, trazendo a imagem de um marxismo demonizado e que estava organizando-se para dominar o Brasil. (ALMEIDA, 2018, p. 130-133).

Com o início da década de 60, diversas modificações no comando das instituições militares foram feitas. O Marechal Odylio Denys assumiu o Ministério da Guerra no lugar de Lott, e na Academia Militar das Agulhas Negras, houve as alterações supracitadas do comando. Antônio Jorge Corrêa, então comandante do Corpo de Cadetes, afirmava que “essas mudanças no comando da AMAN, realizadas pelo general de divisão Humberto de Alencar Castello Branco, chefe da Diretoria Geral de Ensino (DGE), tinham por finalidade identificar e eliminar as supostas células comunistas existentes na academia.” (ALMEIDA, 2018, p. 134).

Com a teoria da guerra revolucionária sendo difundida para os cadetes e cumprindo determinação do General Castello Branco, foi realizado um estágio na DGE para oficiais da Academia com o intuito de padronizar procedimentos relativos ao ensino dessa disciplina, fazendo com que, após 1962, diversas instruções passassem a ser ministradas para todos os militares da referida Organização Militar, incluindo o Batalhão de Comando e Serviços.

Além dos programas de orientação de caráter educativo, desenvolveram-se também instruções necessárias à aquisição de técnicas e dos processos de combate às supostas ações subversivas, inclusive demonstrações relativas ao emprego da tropa no controle dos distúrbios civis, como a que ocorreu durante os exercícios de manobra escolar, onde todos os cadetes tiveram instruções sobre “ação de guerrilheiros”. Nessa oportunidade, uma equipe de supostos guerrilheiros agiu dentro de técnicas que eles consideraram peculiar, atuando principalmente sobre a retaguarda, nos serviços de comunicações, no fornecimento de água, e outros pontos que eram considerados sensíveis. (ALMEIDA, 2018, p. 135).

Foi criada também, já em 1964, uma disciplina para ser introduzida dentro da carga horária de ensino profissional da AMAN, chamada de Programa de Guerra Revolucionária, que deveria ser ministrada nos últimos dois anos da formação de todas as Armas, Quadros e Serviços da Academia, possuindo os seguintes objetivos:

Ressaltar o valor dos princípios democráticos, sobretudo os referentes à dignidade da pessoa humana, aos direitos, deveres e liberdades fundamentais do homem brasileiro, à

conceituação de família e à convicção de que o Estado existe para o homem e, não, o homem para o Estado; estimular os valores positivos da personalidade, dando ênfase ao moral, ao civismo e ao espírito religioso; fazer oposição à doutrina comunista, esclarecendo sobre os seus condenáveis processos de penetração; neutralizar, pelo esclarecimento, a propaganda comunista; criar, desenvolver e conservar o espírito militar, estimulando as virtudes militares e o espírito de corpo; promover o aprimoramento das qualidades inerentes à chefia militar; cultivar as virtudes dos grandes vultos da História da Pátria, buscando nos exemplos de sua atuação a verdadeira e legítima filosofia de vida do povo brasileiro. (SILVA, 1999, p. 56).

Corroborando com o aprimoramento do ensino profissional dos cadetes nessa nova disciplina, em 1966, mesmo após a consolidação do movimento cívico-militar de 1964, foi criado o Departamento de Instrução Especial (DIEsp), embrião da atual Seção de Instrução Especial (SIEsp) da Academia, cujo objetivo era ministrar estágios de conhecimentos específicos, como Patrulha, Montanhismo, Guerra Revolucionária, Guerra na Selva, Fuga e Evasão, fazendo com que os cadetes fossem formados como vetores do anticomunismo no Brasil. (ALMEIDA, 2018, p. 137-138).

#### 4.3 A PREPARAÇÃO DA ACADEMIA PARA O MOVIMENTO

Como mostrado anteriormente, a Academia Militar das Agulhas Negras já vinha com a preocupação de desenvolver a doutrina anticomunista nos seus militares desde sua mudança da Escola Militar do Realengo para a cidade de Resende, em 1944, portanto, possuía uma boa preparação intelectual do seu corpo para os acontecimentos vindouros de 31 de março de 1964. Na preparação técnica e tática de seu pessoal, também já se encontrava passos à frente desde o fim da década de 50, quando se iniciaram as instruções sobre a guerra revolucionária. Mas os atos de preparação de fato do corpo acadêmico para uma possível revolução vieram a se consolidar com a ascensão do General Emílio Garrastazu Médici ao comando da AMAN, em janeiro de 1963.

Médici possuía profundo conhecimento sobre revoluções. Participou ativamente do movimento que retirou o presidente Washington Luís do cargo em 1930, substituindo-o por Getúlio Vargas. Também combateu na revolução constitucionalista de 1932, quando os paulistas se rebelaram contra o governo, ao lado das tropas legalistas. Além dessa experiência, o general também já havia passado pela Academia há pouco tempo, tendo sido subcomandante da mesma em 1960, quando comandada pelo general Adalberto Pereira dos Santos. Esse histórico



profissional transmitia confiança para os militares da Academia, transformando a figura do General na de um líder perante seus subordinados, característica que viria a ser necessária quando o mesmo decidiu pelo emprego da AMAN na linha de frente do movimento cívico militar de 31 de março. (DIAS, 2011).

Antônio Jorge Corrêa (que havia ascendido ao cargo de subcomandante da Academia na época) revelou que seu comandante mantinha estreito contato com o general Krueel, do II Exército, com o general Mourão e com outros militares que compartilhavam da ideia de que o comunismo estava se configurando como uma ameaça para a nação. Com isso, mantinha os oficiais próximos sempre informados sobre os acontecimentos e acompanhava de perto o andamento das instruções de guerra revolucionária, demonstrando preocupação com a situação que o país estava passando e orientando seus subordinados a respeito. (MOTTA, 2003, p. 34).

Com o agravamento da crise política do Brasil, Médici determinou a criação de um Estado-Maior Operacional, sob chefia do então coronel Antônio Jorge Corrêa, que tinha a função de acompanhar a evolução dos acontecimentos no país e planejar as ações que deveriam ser executadas pelo Comando da Academia.

Talvez em função disso, procurou o Comando relacionar os militares com quem não poderia contar quando se iniciasse o movimento revolucionário. Através de oficiais de sua confiança, foi mandado levantar quem, em cada curso ou no Batalhão de Comando e Serviços estaria nessa situação. É interessante lembrar que, apesar desse levantamento, o estado-maior operacional contava com alguns indícios. (SILVA, 1999, p. 57).

Tomando conhecimento sobre o movimento revolucionário que estava sendo planejado, o general Médici expediu um documento, no dia 30 de março de 1964. Por meio deste, o comandante da AMAN abordava sobre os dias intranquilos que o país estava vivendo e falava sobre a transparência na divulgação de informações por parte do Comando. Médici também reafirmava a missão da Academia Militar como parte integrante do Exército de zelar pelos princípios de hierarquia e disciplina e de prosseguir no cumprimento de sua missão. Também afirmava aos comandados que estava atento aos acontecimentos e que compartilhava das preocupações dos subordinados em relação ao futuro do país, pedindo coesão da tropa e confiança no Comando da AMAN.

#### 4.4 A PARTICIPAÇÃO DOS CADETES

Como visto, o clima dentro da AMAN amanheceu tenso na terça-feira, dia 31 de março de 1964, e nessa mesma data o General Mourão veio a antecipar o movimento após o discurso do presidente João Goulart na sede Automóvel Clube. Como conta o capitão Ivany Henrique da Silva, a família militar acadêmica estava reunida nessa data, no fim da tarde, na igreja Matriz de Resende. “Nesse dia, estaria casando um tenente instrutor do Curso de Cavalaria com a filha de um coronel professor muito querido na Academia” (SILVA, 1999, p. 61). Durante a cerimônia os oficiais receberam a informação de que o general Mourão, de Minas Gerais, havia iniciado o movimento de suas tropas para o Rio de Janeiro. Após a divulgação, em pouco tempo, todos os oficiais já estavam cientes e preparavam-se para cumprir as ordens do comandante da AMAN, sendo emitido um documento do Comando do Corpo de Cadetes solicitando apenas calma e disciplina por parte dos cadetes. (SILVA, 1999, p. 61-62).

Na tarde do dia 31 de março, o Comandante da Academia havia recebido do Comando do I Exército a determinação para colocar e manter em prontidão o Batalhão de Comando e Serviços da AMAN, em face do “levante do povo de MINAS GERAIS, com apoio das Forças Federais e Estaduais sediadas naquele Estado, contra o Governo Federal”. (SILVA, 1999, p. 62).

A partir dessa ordem, todos os militares que serviam na AMAN tiveram suas licenças impedidas e tiveram que se apresentar no quartel, junto com outros militares que estavam na guarnição, e que se encontravam longe de suas Organizações Militares originais. Também foram iniciados os trabalhos do Estado-Maior Operacional e os cadetes foram empregados em um plano de defesa interna. Às duas horas, já na madrugada do dia 1, o comandante recebeu uma ligação do General Costa e Silva, seu amigo, alertando sobre a deflagração geral do movimento e solicitando apoio da Academia. Posteriormente, o General Médici viria a receber outra ligação, desta vez, do comandante do II Exército em São Paulo, General Amaury Krueel, informando que havia aderido ao movimento e que iniciara o movimento de suas tropas em direção a capital, solicitando que Médici empregasse seus subordinados para garantir a livre passagem de seus militares por Resende. (ALMEIDA, 2018, p. 149).

Após receber essas ligações dos militares que estavam à frente do movimento, o comandante da AMAN recebeu mais um contato, por volta de três horas, mas desta vez vindo do general Moraes Âncora, comandante do I Exército que, em apoio a João Goulart, havia determinado o deslocamento das tropas do Grupamento de Unidades-Escola pela rodovia

Presidente Dutra em direção a São Paulo. Diante do grande risco de um confronto de fato acontecer entre as duas tropas, o General Médici viu-se encurralado por duas linhas de ação que definiriam o desfecho de todo aquele levante. Em uma delas, Médici participaria do movimento apoiando o II Exército, e na outra, ficava ao lado do general Moraes Âncora, como determinava sua subordinação, apoiando a permanência de João Goulart no poder. Sob esse dilema, o General determinou que o Corpo de Cadetes fosse empregado para garantir a passagem do II Exército por Resende, integrando a Academia de fato no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964 ao lado dos insurretos. (SILVA, 1999, p. 64).

Segundo o capitão Walter Klunge Guimarães, instrutor do Curso de Cavalaria em 1964, após confirmar a sua decisão, o general Médici, acompanhado do coronel Antônio Jorge Corrêa, subcomandante da AMAN, e do coronel Moacyr Barcellos Potyguara, comandante do Corpo de Cadetes, encaminharam-se para o Gabinete de Comando para planejar o emprego da Academia. Foi então organizado um Grupamento Tático Operacional, com os Cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, para entrarem em operações ao longo do Vale do Rio Paraíba e se oporem as tropas que vinham da Guanabara. (ALMEIDA, 2018, p. 151).

Como determinado anteriormente, o alojamento da Companhia de Engenharia foi desocupado para que fosse utilizado como prisão, e logo nas primeiras horas da manhã começaram a chegar os primeiros militares que deveriam ser presos. Também iniciou-se o processo de ocupação das posições defensivas pelos cadetes nos arredores de Resende, em uma região conhecida como “Ribeirão da Divisa” e um destacamento avançado de cadetes se deslocou até a localidade de Barra Mansa – RJ. Como relata o General Geise Ferrari (comandante do Curso de Infantaria na época):

Entre 6h e 8h30 min, do dia 1º de abril, foi lançada uma vanguarda constituída pelo Esquadrão de Cavalaria da Academia (cadetes), acompanhado por elementos de Engenharia, pelo eixo da BR-2, na direção de Barra Mansa, com a missão de ligar-se ao 1º BIB (Batalhão de Infantaria Blindado), que tinha a sua sede naquela cidade, e ocupar posições nas alturas que dominam Ribeirão da Divisa. Nessas alturas, procurar impedir que as tropas do I Exército, até o fim da jornada, atingissem a região de Resende. (MOTTA, 2003, p. 196).

Nessa posição, foi estabelecido o contato com as tropas do I Exército que vinham dos estados da Guanabara<sup>12</sup> e do Rio de Janeiro. “Neste momento, a AMAN fez com que fosse divulgada por

---

12 Com a mudança do Distrito Federal para a cidade de Brasília em 1960, o município do Rio de Janeiro, onde era a antiga capital, passou a ter a denominação de Estado da Guanabara. Isso durou até 1975.

todos os meios disponíveis, para todo o país e, em especial para as forças oponentes do I Exército, a proclamação ‘Irmãos em Armas’.” (ALMEIDA, 2018, p. 151).

Para a região leste do município de Resende foi deslocado o 5º Regimento de Infantaria<sup>13</sup>, e no interior da academia estacionaram o 2º Regimento de Obuses 105<sup>14</sup> e a Bateria de Obuses do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (CPOR-SP), ficando em condições de serem acionados.

Essa proclamação, redigida pelos próprios cadetes da Academia, foi escrita em tentativa de convencer pela emoção as tropas a não entrarem em um confronto direto. Nela, os cadetes evocavam os “Valores Militares”, um conjunto de fundamentos que norteiam a conduta dos militares de modo geral, dando grande enfoque ao patriotismo e ao espírito de corpo, clamando para que fosse evitado o derramamento de sangue entre “irmãos de farda”.

Há os que dizem haver visto lágrimas nos olhos dos oficiais que, oriundos da mesma escola, ali estavam para enfrentar aquela plêiade de jovens idealistas. A partir daquele momento, havíamos vencido a batalha. Foi quando um simples pedaço de papel, lido com a emoção dos que estavam começando uma longa caminhada, vencia as potentes armas de guerra de nosso Exército. (SILVA, 1999, p. 66).

Logo depois da divulgação dessa proclamação, a AMAN emitiu uma outra, chamada “Irmãos das Forças Armadas”, na qual os Cadetes se dirigiam dessa vez aos companheiros de formação da Escola Naval e da Escola da Aeronáutica, atual Academia da Força Aérea (AFA), pedindo apoio em prol de um objetivo comum. Após a emissão dessas duas proclamações, as tropas da Guanabara e do Rio de Janeiro decidiram que não avançariam contra a posição dos cadetes, além de parte da tropa também decidir aderir ao movimento, como foi o caso de duas baterias<sup>15</sup> que ultrapassaram tais posições defensivas e foram conduzidas pelos cadetes para o interior da Academia. (ALMEIDA, 2018, p. 152).

Às 13 horas, o comandante da Academia era informado de que o comandante do I Exército, general de exército Armando de Moraes Âncora, que respondia pelo cargo de ministro do Exército (o ministro estava hospitalizado, após realizar uma operação de emergência), iria reunir-se, na AMAN, com o comandante do II Exército, general de exército Amaury Kruehl. Estávamos perto do “fim da batalha”. (SILVA, 1999, p. 67).

13 Essa unidade era localizada na cidade de Lorena – SP e permanece nas mesmas instalações até os dias atuais, modificando apenas o seu nome para 5º Batalhão de Infantaria Leve.

14 Em 2005 passou a se chamar 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve e hoje localiza-se na cidade de Itu – SP.

15 Bateria, no Exército Brasileiro, corresponde a uma fração composta por um efetivo entre 100 e 200 soldados de artilharia e comandada, normalmente, por um capitão.

Às 18 horas, o General Moraes Âncora, que respondia como Ministro da Guerra, foi recebido no interior da AMAN com as honras militares a que tinha direito. Com sua chegada, iniciou-se a conferência que determinaria a suspensão das operações militares no Vale do Paraíba, por meio da rendição do I Exército e de seu regresso para o Rio de Janeiro, garantindo a vitória do movimento cívico-militar que iniciou-se no dia 31, e que resultou na queda do presidente João Goulart.

Após essa decisão, os cadetes e praças da Academia que estavam ocupando suas posições foram substituídos por elementos do 5º RI (Regimento de Infantaria) e regressaram à AMAN, onde foram acolhidos em frente ao Portão Monumental pela família militar. O comandante, general Médici, do meio do Portão, recebeu a continência de toda a tropa, e presidiu posteriormente uma formatura geral, na qual leu a sua Ordem do Dia, elogiando seus subordinados pelo cumprimento de suas ordens. (CORREA, 2014, p. 71).

No dia seguinte, a Academia voltou a sua rotina normal, com algumas diferenças pontuais e algumas medidas que ainda precisavam ser tomadas. Uma delas foi a instauração de alguns inquéritos para apurar transgressões de caráter ideológico cometidas por militares após a decisão do comandante de integrar a AMAN ao movimento. Outra foi o reforço de pontos considerados sensíveis na área acadêmica, como a caixa d'água, onde ainda se havia receio sobre uma possível sabotagem dos comunistas. (ALMEIDA, 2018, p. 154-155).

Mas a diferença que era mais sentida pelos cadetes era no clima interno da Academia, onde não mais havia o receio pelo futuro incerto que aguardava o Brasil.

O importante é que a Academia Militar das Agulhas Negras voltou ao seu ritmo normal, agora mais esperançosa, bem menos tensa e muito mais motivada para aperfeiçoar a formação dos futuros oficiais, que haviam dado um magnífico exemplo de seu preparo, sua maturidade e seu amor à Pátria. (SILVA, 1999, p. 84)

No Boletim Interno Nº 64, de 2 de abril de 1964 foram publicados todos os acontecimentos referentes ao movimento ocorrido em 31 de março, nesse documento assinado pelo general Emílio Garrastazu Médici, constam as proclamações proferidas pelos cadetes em apelo aos seus irmãos de farda bem como as palavras de seu comandante na Ordem do Dia lida em formatura após o desfecho do movimento. E dessa forma, sob as palavras do general Médici se encerra esse documento:

A decisão histórica, adotada pelo Cmdo da AMAN e arrebatadamente acatada por seus integrantes, a par de produzir excelente rendimento no sentido da solução do problema militar no Vale do Paraíba e no país, constituiu uma reafirmação pública das tradições deste glorioso estabelecimento de ensino e dos generosos sentimentos, de patriotismo e de apego à cintilante carreira das armas, que aqui se cultivam no mais alto grau. A quantos, sob as mais variadas formas, contribuíram para o desenlace enobrecedor da crise nacional de 31 Mar/1º Abr 1964, consigno o meu entusiástico elogio de velho soldado, concitando-os a perseverar nos ideais que então os inspiraram, em prol da tranquilidade, do bem-estar e do progresso de nosso país. (Boletim Interno da AMAN, nº 64, de 2 de abril de 1964, p. 14).

Posteriormente, sob entrevista para o projeto “História Oral do Exército”<sup>16</sup>, quando questionado sobre o emprego dos cadetes na revolução, o general de exército Rubens Mário Brum Negreiros afirmou que foi feliz a decisão do general Médici em utilizar a mocidade militar naquele momento. Segundo seu relato, a presença dos cadetes nas posições defensivas elevaram a moral das tropas de São Paulo que temiam pelo que estava por vir, e foram de fundamental importância para a rendição das tropas do Rio de Janeiro, que ficaram neutralizadas diante da juventude militar do nosso País. (MOTTA, 2003, p. 109).

Com isso, verificamos que a participação da Academia Militar das Agulhas Negras no movimento cívico-militar de 1964 se constituiu de um demorado processo de preparação ideológico e prático, que veio acompanhando a crise política que evoluía na época desde sua antiga sede no Realengo. Graças ao programa de difusão do anticomunismo para os militares que serviram nessa instituição, passando pela introdução da disciplina de guerra revolucionária e culminando na preparação de fato da Academia para o levante iminente, tanto os cadetes quando o corpo permanente da AMAN encontravam-se preparados para cumprir quaisquer ordens do comando quando estourou a revolução, o qual foi firme em sua decisão de integrar o Corpo de Cadetes no contexto das operações e colaborou sobremaneira para que fosse encontrada uma solução pacífica para a crise militar do Vale do Paraíba, levando ao término do combate contra a revolução comunista que estava encaminhada contra a democracia brasileira.

---

16 O projeto História Oral do Exército consiste em uma série de obras literárias com entrevistas e relatos compilados de militares que vivenciaram momentos importantes da história nacional.

## 5 CONCLUSÃO

Percebe-se que o Exército Brasileiro possui um histórico de participação na vida política do Brasil pelas inúmeras intervenções feitas ao longo da história do país desde a Guerra da Tríplice Aliança. Nessa primeira ocasião houve a renúncia do gabinete progressista por pressão do então Marechal Luís Alves de Lima e Silva (o Duque de Caxias) e dos conservadores devido à relação conflituosa que a aristocracia da Corte tinha com os militares por questões de interesses, levando à interferências no processo decisório e atrapalhando o desencadeamento das operações. No período que se sucedeu, o Exército ainda era bastante desprestigiado pela elite civil, o que permeou a influência da escola de pensamento positivista entre os oficiais do império e, conseqüentemente, acendeu a chama do republicanismo nesse meio. Fomentando ainda mais esse ideal, a chamada “Questão Militar”, abordada no primeiro capítulo, foi responsável por dar o incentivo necessário para a aplicação de um golpe contra o império, culminando na derrubada de Dom Pedro II. Com isso, fica evidente que a sensação de pertencimento ao meio político está presente no Exército Brasileiro desde o início da república, e isso fica refletido em todas as outras intervenções militares ao longo da história do país, inclusive em 1964, que é o foco dessa pesquisa.

Logo no início do período republicano, a Guerra de Canudos foi responsável por revelar o despreparo técnico e operacional do Exército, que se viu com grandes dificuldades para enfrentar os insurretos que nenhum adestramento militar possuíam, fato que manchou bastante a imagem da força, levando a uma consolidação do poder civil no poder. Esse fato, entretanto, serviu para potencializar o Exército Brasileiro em sua essência, sendo tomadas várias medidas para a profissionalização e capacitação dos oficiais, como a fundação da Escola Militar do Realengo (predecessora da atual Academia Militar das Agulhas Negras, que é o objeto de estudo desse trabalho) e a vinda da Missão Francesa, responsável por qualificar ainda mais a formação dos jovens oficiais, que difundiram seus novos ideais por toda a força, reverberando até os dias atuais na Academia.

Com tantas ideias renovadoras no seio da oficialidade, surgiu uma certa revolta contra a situação que o Brasil vivia. Nesse período a aristocracia do café governava com a chamada “política do café com leite”, as fraudes e a corrupção dominavam as eleições e os militares de alta patente, da geração anterior, eram vistos como incapazes de alterar esse cenário pelos jovens

oficiais. Esse contexto motivou o surgimento do “movimento tenentista”. Sendo responsável por diversos levantes contra o governo, esse movimento culminou no enfraquecimento da política aristocrata levou Getúlio Vargas à presidência em 1930, deixando um legado importante no seio do militarismo que se refletiu no movimento de 1964.

Foi durante esse novo governo que o fato mais importante para a evolução do pensamento militar e que influenciou todas as ações posteriores e culminou no movimento cívico-militar de 1964 ocorreu. O ideal comunista havia entrado no Brasil desde o final do século XIX, e em 1917 já havia mostrado sua influência com a greve geral dos trabalhadores que ocorreu nesse ano. Em 1922 surgiu o Partido Comunista Brasileiro e, sob a liderança de Luís Carlos Prestes e diretriz da Internacional Comunista (Komintern), em 1935, ocorreu a chamada “Intentona Comunista”, consistindo em uma série de levantes armados com o objetivo de aplicar um golpe ao governo de Vargas e instaurar um novo regime político de esquerda no Brasil. Nesse evento, ocorreram diversos atentados e pessoas foram mortas, algumas de forma covarde, até mesmo dentro de quartéis, o que provocou uma grande ojeriza dos militares em relação aos ideais do marxismo.

A intentona comunista também foi responsável por mudar o rumo da democracia brasileira, pois Getúlio Vargas articulou com apoio dos militares um plano para permanecer no governo do país, instaurando primeiramente um estado de sítio e, posteriormente, um regime ditatorial que outorgou uma nova constituição. Nesse período o Brasil também participou da 2ª Guerra Mundial ao lado dos aliados, o que trouxe uma nova perspectiva aos militares, que passaram a combater, desde então, a ditadura de Vargas aos moldes com que enfrentaram os regimes nazifascistas europeus. Dessa forma, Getúlio perdeu seu apoio e foi deposto do cargo pelos mesmos tenentistas que o colocaram na presidência em 1930, mostrando que, mais uma vez, a política foi forçada a se moldar aos ideais do Exército, tanto que o próximo presidente eleito foi um general, Eurico Gaspar Dutra.

Durante o governo Dutra foi feita uma nova assembleia constituinte, e intensificou-se a perseguição aos comunistas no país graças ao alinhamento político com os Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria, provocando o fechamento do PCB e a intervenção estatal nos diversos sindicatos, fato que reflete também o supracitado sentimento de aversão ao comunismo compartilhado pelos militares e que mostrou sua influência na formação militar da Escola Militar do Realengo, posteriormente passando para a AMAN.



Em 1950, a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da república foi novamente acalorada, pois os antigos tenentistas não viam mais suas aspirações refletidas no populismo de Vargas, que agora abraçava a causa dos trabalhadores e dos sindicalistas, vindo até mesmo a nomear João Goulart como Ministro do Trabalho, nome que possuía forte relação com o Partido Comunista Brasileiro e que causava desconfiança por parte dos militares. Com essa forte oposição, ainda mais fomentada após o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, ligado ao nome do presidente, o governo ficou insustentável. Sofrendo pressão do meio civil e militar para renunciar ao cargo, Vargas veio a cometer suicídio em seu gabinete antes que fosse retirado do mesmo. Vemos nesse ponto da história um alinhamento político entre os civis e militares, que se uniram em oposição a um governo que não representava seus ideais, fato semelhante ao ocorrido em março de 1964, que é o foco dessa análise.

Após a morte de Vargas seu vice-presidente herdou um período turbulento, pois as eleições de 1955 deram vitória a Juscelino Kubitschek e João Goulart na vice-presidência, o que continuou no desagrado dos tenentistas e de civis que viam na figura desses políticos o reflexo do populismo varguista, levando-os a planejar um golpe contra a posse dos eleitos. Esse movimento foi impedido por meio de uma intervenção do Marechal Lott que aplicou um “contragolpe” para garantir o respeito à legalidade e ao processo democrático. Essa cisão ideológica dentro do Exército permeou influências do comunismo em suas instituições e até mesmo na Academia Militar das Agulhas Negras, à qual foi imputado o chamado “Regulamento de 58” pela Diretoria-Geral de Ensino do Exército, que foi responsável por diversas alterações na rotina acadêmica que descaracterizavam a formação militar. Esse cenário foi revertido por intervenção do General Castello Branco, que afastou diversos militares com viés esquerdista da DGE e da cúpula acadêmica.

Após Juscelino, Jânio Quadros assumiu a presidência ainda com João Goulart como vice. Ocorrendo, nesse período, uma aproximação diplomática do Brasil com os países comunistas do globo, fato que desagradou os militares e a oposição civil principalmente após a condecoração de “Che” Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Intensificou-se então a pressão contra Jânio até que o mesmo renunciou ao cargo. A posse do vice João Goulart provocou um escândalo no âmbito das Forças Armadas, que não admitiam que um político tão ligado às lideranças comunistas do país tomasse à frente do Poder Executivo. Para contornar essa crise, instaurou-se no Brasil um regime parlamentarista até que, por meio de um plebiscito que o revogou, João

Goulart assumiu os plenos poderes de presidente. Jango logo levantou sua bandeira política sobre as “Reformas de Base”, sendo observado nelas diversas características marxistas, buscando blindar seu governo por meio do chamado “Dispositivo Militar”, com apoio do General Argemiro de Assis Brasil. Sob influência de seu cunhado, Leonel Brizola e de Luís Carlos Prestes, João Goulart deu início a uma série de comícios para fomentar seus apoiadores. Sob esse pretexto ocorreu o comício da Estação Central do Brasil, evento responsável pela mudança do posicionamento da imprensa e de grande parte da sociedade brasileira, que passaram a pedir para que militares intervissem novamente na política em defesa da democracia que estava sob ameaça, sendo realizadas diversas marchas em protesto pelas principais cidades do país. Com isso, vê-se que a evolução da situação política do Brasil novamente trouxe condições para uma intervenção militar, bastava apenas uma motivação, a qual foi saciada pelos episódios de quebra da hierarquia e disciplina incentivados pelo presidente.

João Goulart e os comunistas fomentavam uma segregação entre a oficialidade das forças armadas e as praças das mesmas, diversos discursos eram feitos mencionando a “classe dos sargentos” e os sindicatos se aproximavam cada vez mais dos cabos e soldados. Essa influência veio a atingir seu ápice no Motim dos Marinheiros, ocorrido na sede do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, quando centenas de marinheiros se amotinaram sob a liderança do “cabo” Anselmo fazendo diversas reivindicações. A quebra dos princípios de hierarquia e disciplina atingiu o limite quando o Almirante Cândido Aragão contrariou uma ordem do Ministro da Marinha e permitiu que sua tropa aderisse ao motim, culminando na vitória dos marinheiros que saíram do sindicato carregando o Almirante nos ombros, sem sofrerem qualquer tipo de punição. Dias depois desse episódio também veio o discurso que João Goulart realizou no Automóvel Clube do Rio de Janeiro e que foi transmitido em rede nacional, incentivando a quebra da hierarquia e disciplina e ameaçando seus adversários políticos, propugnando pelas Reformas de Base. Essa sequência de acontecimentos foi o estopim para a deflagração do movimento cívico-militar.

Após assistir ao discurso do presidente, o General Olympio Mourão Filho deflagrou, de forma prematura, a intervenção militar que estava sendo planejada há algum tempo pelo mesmo e por outros generais como Castello Branco e Carlos Luiz Guedes, em conjunto com lideranças civis como o governador de Minas Gerais José Magalhães Pinto. Mourão iniciou seu movimento em direção à capital, posteriormente recebendo o apoio do comandante do II Exército em São

Paulo, Amaury Krueel, fato que potencializou a capacidade militar do levante. Paralelamente a isso, na capital, o “Dispositivo” do General Assis Brasil, após ficar sabendo do levante do povo de Minas Gerais, também iniciou sua movimentação, determinando que diversas tropas guarnecidas no estado do Rio de Janeiro marchassem de encontro aos homens de Mourão, com previsão para que ambas se encontrassem na região do Vale do Paraíba, onde localiza-se o foco desse trabalho, a Academia Militar das Agulhas Negras.

Concomitantemente à evolução desses acontecimentos, a AMAN vinha preparando de forma psicológica, técnica e tática seus militares, desde a mudança da Escola Militar do Realengo para a cidade de Resende – RJ, para que tivessem a capacidade de intervir contra as “garras” do comunismo que ameaçavam as instituições nacionais. Dessa forma, o Corpo de Cadetes vinha recebendo uma doutrinação de aversão aos ideais marxistas, podendo ser verificados documentos emitidos pelo próprio Comando da Academia que demonstram a supracitada ojeriza ao esquerdismo, apoiada por autoridades civis como o governador de São Paulo, que realizou a doação de um acervo de livros sobre a História do Brasil, e militares, como o General Canrobert Pereira da Costa, que determinou a presença obrigatória dos cadetes nas solenidades do dia 27 de novembro (data alusiva aos mortos da Intentona Comunista de 1935). Essa doutrinação anticomunista foi o que deu segurança ao General Médici para empregar essa instituição de forma direta no teatro de operações do Vale do Paraíba.

O General Castello Branco, à frente da DGE na época, foi responsável pela introdução da Disciplina de Guerra Revolucionária no currículo acadêmico, que foi de elevada importância para o preparo dos militares que serviam na AMAN e do Corpo de Cadetes para o movimento de março de 1964. Dentro desse contexto foram feitas modificações nas disciplinas de Geografia, História e Geopolítica, sendo redigido um manual sobre “A Guerra Revolucionária Comunista”. Também foram realizados estágios para os instrutores com intuito de padronizar procedimentos relativos a esse novo ensino e a criação do Departamento de Instrução Especial corroborou para arraigar esses conhecimentos na prática para os cadetes. Ainda sobre a preparação dessa instituição para o movimento, logo que o General Emílio Garrastazu Médici chegou ao Comando da Academia em 1963, determinou a criação de um Estado-Maior Operacional com a finalidade de acompanhar de perto a evolução dos acontecimentos no país e planejar as ações que deveriam ser tomadas pelo Comando, sob chefia de seu subcomandante, então Coronel Antônio Jorge Corrêa. Esses fatores supracitados colaboraram para que, por ocasião da deflagração do

movimento pelo General Mourão em 31 de março de 1964, mesmo que de forma prematura, a Academia se encontrasse pronta para cumprir as ordens do Comando ciente da importância que aquele evento tinha para o futuro do Brasil.

Com as tropas avançando umas contra as outras e a Academia Militar em uma posição centralizada entre elas, o General Médici recebeu contato de ambos os comandantes na madrugada do dia 1, solicitando o emprego da AMAN em apoio aos seus homens. Dessa forma, Médici viu-se em um dilema entre seguir sua subordinação e apoiar a permanência de João Goulart como presidente, ou integrar ao movimento que objetivava a deposição do mesmo, tomando a sua decisão histórica de apoiar o movimento das tropas rebeldes e impedir o avanço dos “Janguistas”. Tal atitude do Comandante mostra que o mesmo, apesar da ousadia de seu ato, tinha confiança no trabalho que vinha sendo realizado com seus subordinados, principalmente com relação ao Corpo de Cadetes.

Seguindo a determinação do General, iniciaram-se os trabalhos anteriormente previstos de preparação das alas para recepção dos presos e logo procedeu-se o emprego do Corpo de Cadetes para o estabelecimento do contato com as tropas vindas do Rio de Janeiro e da Guanabara e para a ocupação de posições defensivas nos arredores de Resende.

Após ocupadas tais posições, os cadetes redigiram e emitiram uma proclamação destinada a todos os oficiais do Exército, bem como outra destinada aos companheiros da Escola Naval e da Escola da Aeronáutica (atual Academia da Força Aérea), com o intuito de convencer, pela comoção, os militares envolvidos a evitarem um confronto direto entre irmãos de farda e de ganhar apoio das outras Forças às causas do movimento. Tal atitude dos cadetes cumpriu o objetivo previsto e generalizou o sentimento de não-enfrentamento entre as tropas no Vale do Paraíba. As palavras dos que, simbolicamente, representam o futuro do Exército Brasileiro e do país foram responsáveis pelo desfecho pacífico do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964. Na conferência presidida no interior da Academia, reuniram-se os generais Moraes Âncora, respondendo pelo Ministro da Guerra e Amaury Kruehl, do II Exército, sendo decidida a rendição do I Exército e o regresso de suas tropas à capital. Isso culminou na deposição do presidente João Goulart e no início do período de governos militares no Brasil, fato que freou o avanço dos ideais comunistas no país e contornou a situação crítica pela qual passava a política nacional.

Com isso, objetivando responder ao questionamento inicialmente feito por essa pesquisa sobre qual foi a real importância da participação da Academia Militar das Agulhas Negras no

Movimento Cívico-Militar de 1964, pode-se verificar que esta foi fundamental para o seu desfecho pacífico. A decisão tomada pelo General Médici de integrar a AMAN ao movimento dos revoltosos guiou o curso da história nacional na medida em que o Corpo de Cadetes foi empregado para frear o avanço do I Exército, pois o pronunciamento dos cadetes em apelo aos oficiais anteriormente formados na mesma Academia, somado ao outro destinado aos seus companheiros das demais escolas de formação das Forças Armadas, acabaram corroborando para a união dos militares como um todo para a deposição de João Goulart, evitando o derramamento de sangue de conterrâneos brasileiros.

Por fim, pode-se verificar também que a pesquisa sobre o tema tratado não se esgota em si própria. Existem materiais de pesquisa diversos a serem trabalhados e analisados no Arquivo Histórico da Academia Militar das Agulhas Negras e no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro que versam sobre o tema proposto, bem como diversos personagens que participaram ativamente dos acontecimentos abordados por esse trabalho podem servir como fonte para a construção de um conhecimento histórico mais abrangente e detalhado, necessário para elucidar lacunas que ainda se apresentam na história, e para ampliar os conhecimentos a respeito do passado das instituições do Exército Brasileiro, sendo essa pesquisa apenas uma singela contribuição para a rica história militar do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Casa de Valores – Berço de Tradições. **Site da AMAN**, 2019. Disponível em: <<http://www.aman.eb.mil.br/seja-bem-vindo-ao-site-da-aman>>. Acesso em: 12 de mai. 2021

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Livro De Iniciação À Pesquisa Científica**. Resende-RJ: Editora Acadêmica. 2. ed. rev. at, 2019. 187 p.

ALMEIDA, Jorge Luis Gregorio de. **Origens, conflitos e mudanças: a participação da Academia Militar das Agulhas Negras no golpe militar de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018. 163 p.

BANDEIRA, Clovis Purper. Mensagem aos Novos Camaradas: Momentos Decisivos. **31 de Março de 1964: A Verdade**. Ano 86, n. 452, p. 3-5, fev./mar./abr. 2014.

BRASIL. Portaria nº 769 – Comando do Exército, de 7 de dezembro de 2011. Aprova as Instruções Gerais para a Correspondência do Exército (EB10-IG-01.001), 1ª Edição. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, 16 de dez. de 2011.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012. 480 p.

CARDOSO, Ciro (org.) **Novos Domínios da História**, Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012. 335 p.

CORREA, Antonio Jorge. A Participação da Academia Militar das Agulhas Negras. **31 de Março de 1964: A Verdade**. Ano 86, n. 452, p. 66-73, fev./mar./abr. 2014.

COSTA, Cristiano Rocha Affonso da. A Participação Internacional na Intentona Comunista de 1935. **Jornal de Relações Internacionais**. 19 dez. 2017. Disponível em: <<https://jornalri.com.br/artigos/participacao-internacional-na-intentona-comunista-de-1935/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COSTA, Renato Cesar Tibau da. Palavra do Presidente do Clube Militar. **31 de Março de 1964: A Verdade**. Ano 86, n. 452, p. 2, fev./mar./abr. 2014.

COUTINHO, Sergia A. de A. O Tentame Comunista de 1961 – 1964: Antecedentes da Revolução Democrática de 1964. **31 de Março de 1964: A Verdade**. Ano 86, n. 452, p. 22-28, fev./mar./abr. 2014.

DIAS, Sônia. Verbete: Emílio Garrastazu Medici. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. **Fundação Getúlio Vargas**. 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>> Acesso em 08 fev. 2022.

FARIA, Durland Puppim de (Org.) **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015. 392 p.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 496 p.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**: tradução Pedro Maia Soares – São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 389 p.

LACERDA, Cesar Augusto Araripe. A Guerra Fria, dos Anos 40 aos Anos 60. **31 de Março de 1964**: A Verdade. Ano 86, n. 452, p. 12-21, fev./mar./abr. 2014.

LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo. O Panorama Nacional em 1963 e Início de 1964. **31 de Março de 1964**: A Verdade. Ano 86, n. 452, p. 29-31, fev./mar./abr. 2014.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Estado-Maior do Exército. **Circular Reservada do Chefe de Estado-Maior do Exército**. 20 de março de 1964.

NASCIMENTO, José Conegundes do; MACIEL, Lício. **Orvil**: tentativas de tomada do poder. [s.l.], Editora Schoba, 2012. 925 p.

REMOND, René (org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

SILVA, Ivany Henrique da. **Heróis a Lutar**: Os cadetes na Revolução de 1964. [s.l.], [s.n], 1999. 142 p.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Tenentismo. **Brasil Escola**, [s.d.]. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/tenentismo.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2021.

TREVISAN, Leonardo. **O Pensamento Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Global, 1985. 96 p.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à Brasileira**. São Paulo: Editora LeYa, 2014.